



UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI – URCA
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS – CESA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA – DE



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA REGIONAL E URBANA – PPGERU.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA REGIONAL E URBANA

Curso de Mestrado Acadêmico em Economia Regional e Urbana

Crato, CE
Agosto de 2019

Proposta Pedagógica para Preenchimento do APCN 2016

Nome do Programa de Pós-Graduação: **Economia Regional e Urbana**

Sigla do Programa: **PPGERU**

IES Proponente/Coordenadora: **Universidade Regional do Cariri - URCA**

Forma Associativa: **Não**

Local de funcionamento: **Crato, Ceará**

Nível do Curso: **Mestrado**

Modalidade: **Acadêmica**

Sigla do Curso: **PPGERU**

Coordenador do Curso: **Prof. Dr. Francisco do O' de Lima Júnior**

Título obtido: **Mestre em Economia Regional e Urbana**

Total de Créditos mínimos para titulação (extra Dissertação): **34**

Vagas por Seleção: **10**

Periodicidade de Seleção: **Anual**

Área de Concentração do Curso:

Economia Regional e Urbana.

Linhas de Pesquisa:

- 1. Economia Regional e Urbana e Políticas Públicas.**
- 2. Economia Agrícola e Desenvolvimento Rural Sustentável.**

DOCENTES POR LINHA DE PESQUISA

Linha 1 – Economia Regional e Urbana e Políticas Públicas.

Docentes Permanentes:

1. Luís Abel da Silva Filho.
2. Silvana Nunes de Queiroz.
3. Francisco do O' de Lima Júnior
4. Leonardo Andrade Rocha

Linha 2 – Economia Agrícola e Desenvolvimento Rural Sustentável.

Docentes Permanentes:

1. Ahmad Saeed Khan
2. Eliane Pinheiro de Sousa
3. Wellington Ribeiro Justo
4. Jorge Luís Mariano da Silva

DOCENTES COM CPF, DATA DA DEFESA E IES DE DOUTORADO

N.	NOME	IES	CPF	Dt da defesa	FORMAÇÃO-IES
1.	Ahmad Saeed Khan (Permanente)	Aposentado da Universidade Federal do Ceará (UFC), Pesquisador Visitante da Universidade Regional do Cariri (URCA)	142.703.403-63	07.1977	Doutorado em Economia Agrícola e Recursos Naturais (Oregon State University); Mestrado em Economia (Colorado State University) e Agronomia - West Pakistan Agricultural University (1968)
2.	Eliane Pinheiro de Sousa (Permanente)	Universidade Regional do Cariri (URCA)	524.844.593-00	25/02/2010	Pós-doutorado em Economia Aplicada (ESALQ/USP); Doutorado em Economia (UFV/MG); Mestrado em Economia Rural (UFC)
3.	Luís Abel da Silva Filho	Universidade Regional do Cariri (URCA)	961.769.463-87	05/12/2017	Doutorado em Economia (UNICAMP); Mestrado em Economia (PPGECO – UFRN)
4.	Francisco do O' de Lima Júnior	Universidade Regional do	768.468.063-34	07.03.2014	Doutorado em Desenvolvimento

	(Permanente)	Cariri (URCA)			Econômico (UNICAMP); Mestrado em Economia (UFU/MG)
5.	Silvana Nunes de Queiroz (Permanente)	Universidade Regional do Cariri (URCA)	167.649.538-05	13.09.2013	Doutorado em Demografia (UNICAMP); Mestrado em Economia (UFPB)
6.	Jorge Luiz Mariano da Silva	Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	192.818.974-15	21.12.1999	Doutorado em Economia (PIMES/UFPE); Mestrado em Economia (PIMES/UFPE).
7.	Wellington Ribeiro Justo (Permanente)	Universidade Regional do Cariri (URCA)	311.544.253-04	21.11.2006	Doutorado em Economia (PIMES/UFPE); Mestrado em Economia Rural (UFC)
8.	Leonardo Andrade Rocha	Universidade Federal de Rural do Semiárido (UFERSA)	668.713.363-20	17.11.2011	Doutorado em Desenvolvimento Econômico (UNICAMP); Mestrado em Economia Rural (UFC)

DISCIPLINAS POR PROFESSORES

Nº	Disciplina	Ch/Cr	Obr/Opt	Professor(es)
01	Análise Macroeconômica	60	Obrigatória	Luís Abel da Silva Filho Leonardo Andrade Rocha
02	Análise Microeconômica	60	Obrigatória	Ahmad Saeed Khan Eliane Pinheiro de Sousa
03	Métodos Quantitativos (Econometria I)	60	Obrigatória	Wellington Ribeiro Justo Jorge Luiz Mariano
04	Economia Regional e Urbana	60	Obrigatória	Francisco do O' de Lima Júnior Silvana Nunes de Queiroz
05	Economia Social e do Trabalho	60	Optativa	Silvana Nunes de Queiroz Luís Abel da Silva Filho
06	Econometria Espacial	60	Optativa	Wellington Ribeiro Justo Leonardo Andrade Rocha
07	Economia Regional e Urbana II	60	Optativa	Francisco do O' de Lima Júnior Silvana Nunes de Queiroz
08	Economia Agrícola e Meio Ambiente	60	Optativa	Ahmad Saeed Khan Eliane Pinheiro de Sousa
09	Economia Internacional	60	Optativa	Luís Abel da Silva Filho

				Jorge Luiz Mariano da Silva.
10	Análise Microeconômica II	60	Optativa	Ahmad Saeed Khan Eliane Pinheiro de Sousa
11	Seminários de Dissertação	30	Obrigatória	Francisco do O' de Lima Júnior Eliane Pinheiro de Sousa
12	Dissertação	120	Obrigatória	Orientador
12	Estágio de Docência		Obrigatória para Bolsistas	

Objetivos do Curso e Perfil dos Egressos

Objetivos do Curso:

O Curso de Mestrado em Economia Regional e Urbana do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Economia Regional e Urbana (PPGERU) da Universidade Regional do Cariri (URCA), tem por objetivo aprimorar a formação de recursos humanos nas áreas de conhecimento do programa, com amplo domínio na produção de conhecimentos e aptos ao exercício de atividades de ensino, pesquisa e extensão, de apoio ao desenvolvimento tecnológico e inovação, e demais atividades profissionais correlatas com a formação propiciada.

Como objetivos específicos, o Curso se propõe a:

- I. Qualificar profissionais com conhecimentos teóricos em análise regional e urbana, convergindo ações para a promoção do desenvolvimento econômico regional e urbano e fornecendo formação para atuação de profissionais no ensino, na pesquisa e na extensão, bem como nos setores empresariais privados;
- II. Produzir conhecimento científico e tecnológico, qualificar profissionais objetivando elaboração, implantação e acompanhamento de políticas públicas, de forma a promover a redução das desigualdades, estimulando o desenvolvimento regional e urbano sustentável;
- III. Possibilitar o intercâmbio entre docentes, discentes e pesquisadores de universidades, centros de pesquisa e outras instituições públicas e privadas nacionais e internacionais, promovendo a produção do conhecimento científico nas linhas que compõem o programa;
- IV. Realizar estudos e análises em Economia Regional e Urbana, investigações/avaliações sobre as políticas públicas e seus efeitos regionais e urbanos e os desdobramentos na inserção das economias regionais aos macro contextos econômicos;
- V. Estudar as dinâmicas populacionais e suas relações dadas a partir dos movimentos da economia e dos processos regionais, urbanos e/ou rurais;
- VI. Aplicar e aperfeiçoar modelos/métodos de pesquisa aplicados à investigação de problemas da economia regional e urbana;

Perfil do egresso:

O egresso do PPGERU terá um perfil profissional que o possibilitará compreender as dinâmicas da Economia Regional e Urbana pautando-se nas aptidões de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas. Seu foco de ação será composto por elementos que contemplam as linhas de pesquisa do Programa, ou seja, a economia regional e urbana, as políticas públicas, a economia agrícola e o desenvolvimento rural, dando ao Mestre formado por este programa a capacidade de

intervenção nos processos de planejamento, seja no campo acadêmico com a produção de ensino, pesquisa e extensão, seja no campo prático do mercado de trabalho.

O número de vagas por turma é de 10 (dez) estudantes e o processo seletivo será anual seguindo o que estabelece a proposta de Regimento. Tal número se justifica por atender razoavelmente aos requisitos de acompanhamento direcionado com maior qualidade bem como pela capacidade responsável de orientação do corpo docente.

Descrição da Área de Concentração e das Linhas de Pesquisa

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Economia Regional e Urbana

Descrição da Área:

O Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Economia Regional e Urbana (PPGERU) da Universidade Regional do Cariri (URCA), atuará no sentido de congregar estudos, pesquisas e estratégias inovadoras que visem à formação de recursos humanos com conhecimento para interpretar e intervir nas Economia Regional e Urbana dos diversos contextos do Brasil e da Região Nordeste em particular.

No caso da Região Nordeste, é entendida enquanto espaço de particularidades que definem aspectos econômicos e sociais, e como área de caracterização morfoclimática específica. As economias que constituem esta região vem passando por processos de transformações, *pari passu* à sua inserção nas dinâmicas econômicas globais e frente a um conjunto de intervenções públicas de diversas ordens, com impactos diferenciados sobre as configurações regionais e urbanas. Ganham destaques nestes processos a necessidade de investigar os desdobramentos articulados nos movimentos que envolvem a mobilidade dos fatores de produção (populações e riquezas), os sistemas urbano-regionais, o desenvolvimento rural considerando o conjunto de aspectos acima destacados.

O PPGERU se propõe a este empreendimento ofertando uma sólida formação nos aspectos teóricos e metodológicos, para além da simples lógica de fatores locais, inserindo elementos para a compreensão da estrutura espacial e urbana e considerando o macro contexto da economia mundial.

Descrição das Linhas de Pesquisa:

Linha 1. Economia Regional e Urbana e Políticas Públicas:

Esta linha de pesquisa propõe debater questões de cunho econômico regional e urbano e sua interação com as políticas públicas aplicadas ao meio rural e urbano. Neste âmbito, serão realizados estudos que versem sobre temas concernentes à economia urbana e regional; localização e concentração das atividades econômicas; competitividade regional; desigualdade, pobreza, emprego e desemprego, políticas sociais e planejamento urbano e regional.

Linha 2. Economia Agrícola e Desenvolvimento Rural Sustentável.

Nesta linha de formação serão discutidos temas de investigação voltados para a promoção do Desenvolvimento Rural atentando para a sustentabilidade, a dinâmica agrícola e as atividades econômicas rurais, bem como o impacto das políticas públicas no campo. As investigações terão foco na inovação, no novo rural cearense, nas questões hídricas e dos recursos naturais, destacando o seu uso racional, o padrão de suas regionalidades e sua inserção competitiva.

DISCIPLINAS COM EMENTAS E BIBLIOGRAFIA

MACROECONOMIA	Obrigatória	Ch 60h	Cred 04
Ementa: O objetivo da disciplina de Macroeconomia é fornecer aos alunos o referencial teórico para entender o funcionamento da economia em nível agregado, estudando os modelos de referência na análise macroeconômica, evidenciando aqueles que incorporam as decisões intertemporais dos agentes econômicos e que permitem avaliar os efeitos de políticas públicas			
Conteúdo Programático: 1. Modelo de Solow 2. Modelos de Horizonte Infinito e de Gerações sobrepostas 2.1. Modelo de Ramsey-Cass-Kopmans 2.2. Modelo de Diamond 3. Nova Teoria do Crescimento Econômico (Crescimento Endógeno) 3.1. Pesquisa e Desenvolvimento 3.2. Capital Humano 4. Teoria dos Ciclos Reais de Negócios 5. Teorias Keynesianas das Flutuações. 6. Ajustamento Nominal Incompleto Microfundamentado. 6.1. Modelo de informação imperfeita de Lucas. 6.2. Ajustamento de Preços Escalonados. 6.3. Economistas Novo Keynesianos. 7. Consumo 8. Investimento 9. Inflação e Política Monetária 10. Desemprego			
Bibliografia: Romer, D. Advanced Macroeconomics. McGraw Hill. 1996 Froyer, R. Macroeconomia. Saraiva, 2013. Blanchard, O. Macroeconomia: Teoria e Política. Cambridge University Press. 2005. Kalecki, M. Kalecki: economia. Organizador: Jorge Miglioli. – São Paulo: Ática, 1980 Keynes, J. M. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda; Inflação e deflação. São Paulo: Nova Cultural, 1985. THIRLWALL, A. P. The balance of payments constraint as an explanation of international growth rates differences. Banca Nazionale del Lavoro Quarterly Review, 1979			

MICROECONOMIA I	Obrigatória	Ch 60h	Cred 04
Ementa: Teorias do consumidor e da produção para análise da teoria de mercado. Formação de preços em mercados perfeitos e imperfeitos.			
Conteúdo Programático 1. Teoria do Consumidor 1.1. Preferências e escolha do consumidor 1.2. Maximização da utilidade 1.3. Demandas Marshalliana e Hicksiana 1.4. Equação de Slutsky: efeito substituição e efeito renda 1.5. Dualidade aplicada à teoria do consumidor 1.6. Preferência revelada 2. Teoria do Produtor 2.1. Tecnologia de Produção 2.2. Maximização da Produção e dos Lucros 2.3. Minimização dos Custos 2.4. Dualidade aplicada à teoria do produtor 2.5. Curvas de custos de curto e longo prazos 3. Estruturas de mercado 3.1. Competição Perfeita			

- 3.2. Monopólio
- 3.3. Concorrência Monopolística
- 3.4. Oligopólio

Bibliografia:

BINGER, B. R., HOFFMAN, E. Microeconomics with calculus. 2 Ed. Reading, Massachusetts: Addison-Wesley, 1998.

MAS-COLLEL, A., WHINSTON, M.D., GREEN, J.R. Microeconomic theory. New York: Oxford University, 1995.

PINDYCK, R.S., RUBINFELD, D.L. Microeconomia. 8 ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013.

SANTOS, M. L.; LIRIO, V. S. e VIEIRA, W. C. Microeconomia aplicada. Visconde do Rio Branco: Suprema Gráfica e Editora. 2009.

SNYDER, C; NICHOLSON, W. Microeconomic Theory: basic principles and extensions. 10th Edition South-Western & Thomson Learning, 2008.

VARIAN, H. R. Microeconomic analysis. New York: W.W. Norton, 2002.

MÉTODOS QUANTITATIVOS (ECONOMETRIA I)	Obrigatória	Ch 60h	Cred 04
Ementa: O objetivo da disciplina de Métodos Quantitativos, ou Econometria I, é fornecer aos alunos o ferramental teórico e prático necessário ao aluno conduzir e tirar conclusões fundamentadas nas principais áreas de pesquisas em economia. A disciplina de Econometria I deve envolver uma combinação de aulas teóricas e práticas (uso de software) a ser definida pelo professor da disciplina.			
Conteúdo Programático: - O Modelo Linear Geral em Pequenas Amostras - Estimação de Mínimos Quadrados - Propriedades dos Estimadores - Inferência Estatística - Estimação de Máxima Verossimilhança - Variáveis Binárias - Previsão - O Modelo Linear Generalizado - Heterocedasticidade - Autocorrelação - O Modelo Generalizado - Propriedades dos Estimadores e Inferência no Modelo Generalizado - Método dos Momentos Generalizado (GMM) - Modelos com Dados em Painel - Variações na Matriz de Covariância dos Erros - Efeitos Fixos e Aleatórios e Heterogeneidade não Observada. - Os Testes de Hausman e Breusch-Pagan - Modelos de Equações Simultâneas - Equações Aparentemente não Relacionadas - O Problema da Identificação - Estimação de Dois Estágios, Três Estágios e Máxima Verossimilhança Completa - Inferência e Previsão - Modelos de Escolha Discreta e Variáveis Dependentes Limitadas - O Modelo Probabilístico Linear - Modelos Probit e Logit e testes não entrelaçados - Truncagem - Dados Censurados e o Modelo Tobit - Regressão de Poisson			
Bibliografia: Johnston J. e Dinardo, J. Econometric Methods. Mcgraw Hill, 1997 Gujarati, Damodar N. Econometria Básica. MAKRON Books do Brasil Ltda, 2000 WOOLDRIDGE, Jeffrey. The Econometrics of Cross Section and Panel Data. MIT Press, 2002. Greene, W. Econometric Analysis. Prentice Hall. 2012. Judge, G. et alii. The Theory and Practice of Econometrics. John Wiley. 1985. Maddala, G. S. Limited Dependent and Qualitative Variables in Econometrics. Cambridge U. Press. 1983. Davidson, R. e Mackinnon, J. Econometric Theory and Method. Oxford U. Press. 2004.			

Enders, W., Applied Econometrics Time Series. John Wiley & Sons. 1995.
Patterson, K. An Introduction to Applied Econometrics. Macmillan Press. 2001.
Ruud, P. Classical Econometric Theory. Oxford U. Press. 2001.
Spanos, A. Probability Theory and Statistical Inference. Cambridge U. Press. 1999.

Softwares

Soares, I. e Castelar, I. Econometria Aplicada com o Uso do E-Views. Livro Técnico. 2003.
Buscariolli, B. e Emerick, J. Econometria Com Eviews: Guia Essencial De Conceitos E Aplicações. Editora Saint Paul
Cameron, A. e Trivedi, P. Microeconometrics. Cambridge University Press. 2005.

ECONOMIA REGIONAL E URBANA	Obrigatória	Ch 60h	Cred 04
Ementa: Estudo abrangente sobre as diversas teorias e técnicas relacionadas à localização de atividades, de pessoas/emprego e formação de cidades. Uma discussão sobre o conceito de espaço e região complementa a visão em nível mais abrangente. Estudar o espaço, território e região. Teorias Clássicas de Localização. Métodos de Análise Regional. Novas Teorias de Desenvolvimento Regional: Distritos Industriais Marshallianos. Clusters. Sistemas Regionais de Inovação. Cidade e Aglomerados Urbanos.			
Conteúdo Programático: 1. ESPAÇO, REGIÃO E ECONOMIA REGIONAL 1.1 Espaço econômico e região econômica; 1.2 Economia Regional: noções introdutórias; 1.3 Economia Urbana: noções introdutórias; 1.4 Principais teorias e noções relacionadas à discussão regional e urbana; 2. TEORIAS DA LOCALIZAÇÃO 2.1 As teorias clássicas de localização industrial: Weber, Losch e Von Thunen; 2.2 As novas abordagens relacionadas à localização das atividades econômicas; 2.3 Localização Industrial e Desenvolvimento Regional. 3. TÉCNICAS DE REGIONALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE INDICADORES 3.1 Indicadores regionais e de localização. 4. A QUESTÃO DOS DESEQUILÍBRIOS REGIONAIS 4.1 Desequilíbrios regionais no Brasil; 4.2 As novas orientações produtivas e o crescimento regional; 4.3 Políticas públicas no contexto do desenvolvimento regional. 5. ANÁLISE URBANA 5.1 A cidade e o urbano: conceitos básicos; 5.2 A articulação urbano-rural; 5.3 Crescimento urbano 5.4 A questão da hierarquia dos lugares: o lugar central 5.5 A importância do planejamento urbano 6. ANÁLISE DE PROBLEMAS URBANOS E REGIONAIS 6.1 Problemas urbanos; 6.2 Problemas regionais [tópico especial: poluição, violência, infraestrutura, regiões deprimidas, crescimento e desequilíbrios regionais – para o desenvolvimento de artigos acadêmicos]			
Bibliografia: ANDRADE, M.C. Espaço, polarização e desenvolvimento: uma introdução à economia regional. 5ª. Ed. São Paulo: Atlas, 1987. BECKER, B. K. e EGLER, C. A. G. Brasil uma nova potência regional na economia do mundo. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. BRUEKNER, J. K. Lectures on Urban Economics. Cambridge, MA: MIT Press, 2011. CLEMENTE. A. Economia Regional e Urbana. São Paulo: Atlas, 1994 COSTA, A.J.D. (org) Estratégias de desenvolvimento urbano e regional. Curitiba: Juruá, 2004. CRUZ, B. O.; FURTADO, B. A.; MONASTERIO, L.; RODRIGUES JÚNIOR; W. Economia regional e urbana: teorias e métodos com ênfase no Brasil. Organizadores: Bruno de Oliveira Cruz ... [et al.].-			

Brasília : Ipea, 2011.

DINIZ, C. C. e CROCCO, M. Bases teóricas e instrumentais da economia regional e urbana e sua aplicabilidade ao Brasil. In: DINIZ, C. C. e CROCCO, M. (orgs.). Economia regional e urbana. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006. p 10-31.

DINIZ C.C. e LEMOS, M.B, Dinâmica regional e suas perspectivas no Brasil. Mimeo, s/d.

HADDAD, P.R., Desequilíbrios regionais e descentralização industrial. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, Série Monográfica Nº 16, 1975.

HADDAD, P.R., A economia regional no Brasil: Velhas dimensões, Novas Perspectivas Mimeo, s/d.

HADDAD, P.R. org. Economia Regional: Teorias e Métodos de Análise. BNB, ETENE, 1989.

LIMA, A. C.; SIMÕES, R. F. Teorias clássicas do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica: o caso do Brasil. Revista de Desenvolvimento Econômico, n. 21, p. 5 – 19, 2010.

MARICATO, E. O impasse da política urbana no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2011.

POLÉSE, M. Economia urbana e regional: lógica espacial das transformações econômicas. Coimbra: APDR, 1998.

McCANN, P. (Ed.). Industrial location economics. Cheltenham/Northampton: Edward Elgar, 2002

MYRDAL, G. Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas. Rio de Janeiro, 1972

O'SULLIVAN, A. Urban Economics. 8th ed. New York: McGraw-Hill, 2011.

SASSEN, S. As Cidades na Economia Mundial. São Paulo: Studio Nobel, 1994.

SINGER, P. Economia Política da Urbanização. 14ª. Ed. revis. São Paulo: Contexto, 1998.

RICHARDSON, H.W. Economia regional: teoria da localização, estrutura urbana e regional. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975.

RICHARDSON, H. Economia Urbana. Rio de Janeiro: Interciência, 1978.

RANGEL. I. Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2000.

ECONOMIA SOCIAL E DO TRABALHO	Optativa	Ch 60h	Cred 04
Ementa: O curso aborda os Modelos teóricos de determinação do nível de emprego e de salários e as evidências empíricas no mundo e no Brasil. Estuda o emprego e rendas nas economias capitalistas atrasadas no pós-guerra. Estrutura do emprego e formas de organização da produção. Nível e distribuição dos salários. Políticas de emprego e salários. Indicadores do mercado de trabalho. População e força de trabalho.			
Conteúdo Programático 1. ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE O MERCADO DE TRABALHO (20 h/aula) 1.1 A visão clássica 1.2 A visão marxista 1.3 A visão neoclássica e a teoria do capital humano 1.4 A visão keynesiana 1.5 A visão pós keynesiana 1.6 Desenvolvimentos teóricos recentes: segmentação, dualismo e mercado informal 2. EVOLUÇÃO DAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E DO TRABALHO (10h/aula) 2.1. Cooperação, Maquinaria e a Grande Indústria 2.2. Taylorismo e Fordismo 2.3. Pós Fordismo (Acumulação Flexível) e os novos métodos de organização do trabalho: Toyotismo (Kanban e Just in Time) 3. O MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL (15h/aula) 3.1. Crescimento industrial e emprego 3.2. Crise econômica e emprego 3.3. Reestruturação produtiva e organização do trabalho no Brasil 3.4. Heterogeneidade, subemprego e emprego informal 3.5. Políticas de emprego no Brasil 4. PRINCIPAIS CONCEITOS, INDICADORES E FONTES DE PESQUISA EM MERCADO DE TRABALHO (15h/aula)			

4.1 Variáveis e indicadores do mercado de trabalho

4.1.1. População e força de trabalho

4.1.1.1. População em Idade Não Ativa (PINA), População em Idade Ativa (PIA), População Não Economicamente Ativa (PNEA), População Economicamente Ativa (PEA) e sua composição: População Ocupada (PO) e População Desempregada (PD)

4.1.1.2. Mercado de trabalho formal e informal

4.1.1.3. Mobilidade da mão de obra

4.1.1.4. Rotação da mão de obra

4.2 Fontes de dados em mercado de trabalho

Bibliografia:

AMADEO, E. (1986). Sobre salários nominais: as críticas keynesiana e monetarista à abordagem de Keynes sobre o mercado de trabalho. P.P.E, 16 (2), Rio de Janeiro, agosto.

AMADEO, E.; ESTEVÃO, M. (1994). **Teoria econômica do desemprego**. São Paulo: Hucitec.

BECKER. (1961). Investimento in human capital: a theoretical aproach. J.P.E., 70(5), october.

ANTUNES, R. (2004). Anotações sobre o capitalismo recente e a reestruturação produtiva no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo. SILVA, Maria A. Moraes (2004). O avesso do trabalho. São Paulo: Expressão popular.

_____. (2000). Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do Mundo do trabalho. São Paulo: Editora Cortez. 7ª Ed, revista e ampliada.

BALTAR, P. (2015). Crescimento da economia e mercado de trabalho no Brasil. Texto para discussão/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, N. 2036 - Brasília: Ipea.

BORJAS, G.J. (2011). **Economia do trabalho**. 5ª Ed. São Paulo: McGraw-Hill.

BRANDÃO, S.M.C. (1997) **Medição do Desemprego em Mercado de Trabalho Heterogêneo: a Experiência da Pesquisa de Emprego e Desemprego**, *série Seminários no 15/97*, IPEA.

CACCIAMALI, M.C. (1989). "Emprego no Brasil durante a primeira metade da década de 80". In: Mercado de trabalho e distribuição de renda. Rio de Janeiro, IPEA/INPES.

CAMARGO, J.M. (1980). A nova política salarial, distribuição de renda e inflação. P.P.E., 10(3), dez.

CAIN, G.G. (1975). The challenge of dual and radical theories of the labour market to ortodoxy theory. In: American economic review, may, 65(2).

CAIN, G.G. (1976). The challenge of segmented labour market theories to ortodoxy theory: a survey. In: Journal of economics literature, (14).

DATHEIN, R. (2005). Teorias econômicas e políticas contra o desemprego. Pesquisa & Debate, São Paulo, v. 16, n. 1, 2005.

DEDECCA, C. S. (2007). Uma Política de Valorização do Salário Mínimo. In: Eduardo Fagnani; Marcio Pochmann. (Org.). Debates Contemporâneos - Economia Social e do Trabalho: Mercado de Trabalho, Relações Sindicais, Pobreza e Ajuste Fiscal. São Paulo: LTr, v. 1, p. 35-38.

DURAND, M. (2006). Growth and Employment – Policies for More and Better Jobs. OCDE, 18 pg.; acessível em http://mol.fi/mol/en/99_pdf/en/01_ministry/eu_durand.pdf.

EHRENBERG, R. G. (2000). A moderna economia do trabalho: teoria e política pública. 5.ed. São Paulo-SP: Makron Books.

GAUDEMAR, J.P. de. (1977). Mobilidade do trabalho e acumulação do capital. Lisboa, Estampa, 1977.

GONZAGA, G. e PINTO, R.F. (2014). Rotatividade do trabalho e incentivos da legislação trabalhista. Texto para Discussão 625, PUC-Rio.

HICKS, J. (1968). The theory of wages. London, McMillan.

HIRATA, H.; GUIMARAES, N. A. (2016). La frontera entre el empleo doméstico y el trabajo profesional de cuidados en Brasil: Pistas y correlatos en el proceso de mercantilización. Sociología del Trabajo, v. 86, p. 7-27.

LIMA, J. C. (2009) A globalização da precariedade: informalidade em tempos de trabalho flexível. In: NAVARRRO, Vera Lúcia; PADILHA Valquíria (orgs). Retratos do trabalho no Brasil. Uberlandia: EDUFU.

KEYNES, J.M. (1936). Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro. São Paulo, Abril Cultural, 1988.

KREIN, J. D. (2017). Flexibilização leva à precarização do trabalho. REVISTA COLETIVA FUNDAJ, v.

I, p. 1.

LIMA, R. (1986). Mercado de trabalho: o capital humano e a teoria da segmentação. P.P.E., 10(1), abril.

LUQUE, C. e CHAHAD, J.P. (1985). Formação de salários no Brasil: uma contribuição ao debate. Estudos econômicos, 15(1), jan/abr.

MACEDO, R. (1999) Os salários na teoria econômica. Rio de Janeiro, IPEA, cap. 1.

MARX, K. (1967). O capital, livro I.

MARX, K. (1985). Salário, preço e lucro. São Paulo, Moraes.

MORAES NETO, B. (1989); Marx, Taylor, Ford. Ed. Brasiliense, São Paulo.

OLIVEIRA, C. A.; MATTOSO, J. E.; SIQUEIRA NETO, J. F.; OLIVEIRA, M. A. (Orgs.). (1994). O Mundo do Trabalho: crise e mudança no final do século. São Paulo: Scritta.

PASTORE, J. (1994). Flexibilização dos mercados de trabalho e contratação coletiva. São Paulo, editora LTR.

POCHMANN, M. (2017) Presença de terceirização na produção e emprego. Conceito Jurídico, v. 8, p. 46-54.

_____. (2015) Ajuste econômico e desemprego recente no Brasil metropolitano. Estudos Avançados (Online), v. 29, p. 7-19.

RICARDO, D. (1988). Princípios de economia política e tributação. São Paulo, Abril Cultural, col. Os Economistas.

SALAMA, P. (2002). Pobreza e exploração do trabalho na América Latina, São Paulo, Boitempo.

SALM, M.C. (1983). "A retórica sobre o desemprego". In: FMI x Brasil - A armadilha da recessão. Forum Gazeta Mercantil.

SCHULTZ. (1973). O capital humano. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.

SMITH, A. (1988). A riqueza das nações, São Paulo, Abril Cultural, col. Os Economistas.

WAJNMAN S.; MACHADO, A. F. M. (2003). **Mercado de Trabalho: Uma análise a partir das pesquisas domiciliares no Brasil**. Belo Horizonte.

ECONOMETRIA ESPACIAL	Optativa	Ch 60h	Cred 04
Ementa: O objetivo da disciplina é apresentar e aplicar as técnicas de econometria espacial para a especificação, estimação, teste e diagnóstico de modelos para fenômenos econômicos, levando em conta a influência da dependência e da heterogeneidade espaciais para dados em corte transversal e em painel. Espera-se que os alunos possam incorporar os métodos de econometria espacial na sua pesquisa empírica com aplicação crítica; Natureza dos Dados Espaciais; Processos Espaciais; Efeitos Espaciais; Fonte de Dados Espaciais; Estatísticas para testar para a presença de Autocorrelação espacial; Matrizes de Ponderação Espacial			
Conteúdo Programático 1. Introdução 1.1. Econometria Espacial x Econometria Convencional 1.2. Natureza dos Dados Espaciais 1.3. Processos Espaciais 1.4. Efeitos Espaciais 1.5. Fonte de Dados Espaciais 1.6. Estatísticas para testar para a presença de Autocorrelação espacial Referencias Almeida (2010), cap. 1 e 2. Anselin (1988), cap. 1. Anselin (2001) Anselin (2010) Anselin e Bera (1998), p. 237-239. Fotheringham (2000), cap. 2 e 3. LeSage (1999), cap. 1. Longley et al. (2001), cap. 1 e 5. 2. Matrizes de Ponderação Espacial			

- 2.1. Tipologia de Matrizes
- 2.2. Normalização na Linha de uma Matriz
- 2.3. Operador de Defasagem Espacial
- 2.4. Propriedades
- 2.5. Procedimento de escolha de matrizes

Referências:

- Almeida (2010), cap. 3.
Anselin (1988), cap. 2.
Anselin (1992), cap. 12, 14, 15 e 16.
Anselin e Bera (1998), p. 243-246.
LeSage (1999), cap. 1.

3. Análise Exploratória de Dados Espaciais

- 3.1. Distribuição espacial
- 3.2. Estatísticas de Autocorrelação Espacial Global
- 3.3. Diagrama de Dispersão de Moran
- 3.4. Mapas LISA

Referências:

- Almeida (2010), cap. 4.
Almeida *et al.* (2005)
Anselin (2005)
Anselin (1995)
Anselin (1992), cap. 22, 23,

4. Modelando a Dependência Espacial

- 4.1. Modelos de Dependência Espacial de Alcance Global
- 4.2. Modelos de Dependência Espacial de Alcance Local
- 4.3. Modelos de Dependência Espacial de Alcance Global e Local

Referências:

- Almeida (2010), cap. 5.
Anselin (1988), cap. 4 (seções 4.1 e 4.2), p. 33-36.
Anselin e Bera (1998), p. 246-252.
Anselin (2003)
Anselin (2002)
LeSage (1999), cap. 2
LeSage e Pace (2009), cap. 2

5. Estimando Modelos com Dependência Espacial

- 5.1. Estimando o Modelo SAR
- 5.2. Estimando o Modelo SEM

Referências:

- Almeida (2012), cap. 6.
Anselin (1988), cap. 6 e 7.
Anselin e Bera (1998), p. 252-264.

6. Especificando e Testando a Dependência Espacial

- 6.1. Teste I de Moran
- 6.2. Teste LM
- 6.3. Outros Testes

Referências:

- Almeida (2010), cap. 7.
Anselin (1988), cap. 8.
Anselin e Bera (1998), p. 264-281.
Anselin e Kelejian (1997)
Anselin e Rey (1991)
Florax *et al.* (2002)
Florax e Graafland (2004).

Bibliografia:

- ALMEIDA, E. S. **Econometria especial aplicada**. Campinas, São Paulo. Editora Alínea, 2012.
- ANSELIN, L. **Spatial econometrics: methods and models**. Kluwer Academic, Boston, 1988.
- ANSELIN, L.; FLORAX, R. J. G. M.; REY, S. J. **Advances in spatial econometrics**. Springer-Verlag, Berlin, 2004.
- LeSAGE, J. P. **Spatial econometrics**. Mimeo., Department of Economics, University of Toledo, 1999.
- LeSAGE, J. P.; PACE, R. K. **Spatial and spatiotemporal econometrics**. Elsevier, Série Advances in Econometrics, vol. 18, Londres, 2004.
- LeSAGE, J. P.; PACE, R. K. **Introduction to Spatial Econometrics**. CRC Press, Boca Raton, 2009.
- ANSELIN, L. Local Indicators of Spatial Association – LISA. **Geographical Analysis**, 27, n.2, pp. 93-115, 1995.
- ANSELIN, L. Spatial econometrics. In Baltagi, B. H. (ed.). **A companion to theoretical econometrics**. Blackwell Publishers, New York, 2001.
- ANSELIN, L. **Exploring Spatial Data with GeoDaTM: a Workbook**. University of Illinois, Urbana-Champaign, 2005.
- ANSELIN, L.; BERA, A. Spatial dependence in linear regression models with an introduction to spatial econometrics. In: ULLAH A.; GILES, D. E. (eds.) **Handbook of Applied Economic Statistics**, Marcel Dekker, New York, pp. 237-289, 1998.
- FLEMING, M. M. Techniques for estimating spatially dependent discrete choice models. In: ANSELIN, L., FLORAX, R. J. G. M.; REY, S. J. (ed.). **Advances in spatial econometrics**. Springer, New York, 2004.
- FLORAX, R. J. G. M.; GRAAFF, T. The performance of diagnostic tests for spatial dependence in linear regression models: a meta-analysis of simulation studies. In: ANSELIN, L., FLORAX, R. J. G. M.; REY, S. J. (ed.). **Advances in spatial econometrics**. Springer, New York, 2004.
- FOTHERINGHAM, A. S., BRUNSDON, C.; CHARLTON, M. **Quantitative Geography: perspectives on spatial data**
- PACE, R. K. e LeSAGE, J. P. Spatial autoregressive local estimation (2004). In: ANSELIN, L.; FLORAX, R. J. G. M.; REY, S. J. **Advances in spatial econometrics**. Springer-Verlag, Berlin, 2004.

MICROECONOMIA II	Optativa	Ch 60h	Cred 04
Ementa: Teoria dos Jogos. Teoria da troca. Externalidades e bens públicos. Economia da informação.			
Conteúdo Programático - Teoria dos Jogos aplicada às estruturas de mercados - Jogos estáticos com informação completa e incompleta - Jogos dinâmicos com informação completa e incompleta - Teoria da troca: uma introdução aos conceitos de equilíbrio geral - A caixa de Edgeworth - Alocação eficiente de Pareto - Externalidades - Teoria das externalidades e ineficiência alocativa - Direitos de Propriedade e Teorema de Coase - Bens Públicos - Provisão eficiente de um bem público - Mecanismos alternativos para provisão de bens públicos - Assimetria da Informação - Seleção Adversa - Risco Moral			
Bibliografia: BIERMAN, H.; FERNANDEZ, L. Game theory with economic applications. Addison Wesley, Massachusetts, 1998.			

MACHO-STADLER, I.; PEREZ-CASTRILLO, J. D. An introduction to the economics of information. 2 ed. Oxford: Oxford University Press, 2001.

MAS-COLLEL, A., WHINSTON, M.D., GREEN, J.R. Microeconomic theory. New York: Oxford University, 1995.

PINDYCK, R.S., RUBINFELD, D.L. Microeconomia. 8 ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013.

SNYDER, C; NICHOLSON, W. Microeconomic Theory: basic principles and extensions. 10th Edition South-Western & Thomson Learning, 2008.

VARIAN, H. R. Microeconomic analysis. New York: W.W. Norton, 2002.

ECONOMIA AGRÍCOLA E SUSTENTABILIDADE	Optativa	Ch 60h	Cred 04
Ementa: Evolução da agropecuária. Impactos das políticas públicas no campo. Desenvolvimento Rural Sustentável. Indicadores de sustentabilidade.			
Conteúdo Programático 1. Conceitos básicos sobre Economia Agrícola 2. Processo de modernização da agricultura e seus impactos 3. O surgimento do novo rural e transformações recentes 4. Políticas públicas para o meio rural 5. Desenvolvimento Rural Sustentável 6. Indicadores de sustentabilidade			
Bibliografia: ALBUQUERQUE, M.C.C.; NICOL, R. Economia Agrícola- Setor Primário e a Evolução da Economia Brasileira. 1 ed. São Paulo: Makrom Books, 1997. ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (orgs.). Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997. BELLEN, Hans Michael van. Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005. COSTABEBER, J. A.; CAPORAL, F. R. Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável. In: VELA, Hugo. (Org.): Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável no Mercosul. Santa Maria: Editora da UFSM, 2003. p.157-194. DEL GROSSI, M. E.; GRAZIANO DA SILVA, J. Novo rural: uma abordagem ilustrativa. Londrina: IAPAR, vol. 1 e 2, 2002. GASQUES, J. G. (Org.). A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas. Brasília: IPEA, 2010. KHAN, A. S.; LIMA, F. E.; LIMA, P. V. P. S. (Org.). Uso de indicadores em Ciências Econômicas, Sociais e Ambientais. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2018. MENDES, J.T.G. Economia Agrícola: princípios básicos e aplicações. 2ed. Curitiba: ZNT, 1998 SACHS, J. D.; BAN, K. The Age of Sustainable Development. New York: Columbia University Press, 2015. STERNER, T.; CORIA, J. Policy Instruments for Environmental and Natural Resource Management. 2 ed. Oxford: RFF Press, 2011.			

ECONOMIA INTERNACIONAL	Optativa	Ch 60h	Cred 04
A disciplina de Economia Internacional visa abordar os aspectos teóricos-históricos; Sistema de comércio: antecedentes históricos; os modelos teóricos tradicionais de comércio internacional, focalizando as características de padrões de comércio e os ganhos provenientes do comércio internacional, assim como os modelos que envolvem economias de escala e concorrência imperfeita. Modelo Ricardiano; Benefícios provenientes do comércio. Funções de produção em comércio internacional: diagrama-caixa. Modelo de Heckscher-Ohlin; Modelo de fatores específicos; Aplicações empíricas destes modelos; Comércio sob incerteza; Movimentos de fatores; Diferenciação de Produto e Concorrência			

Monopolista; Oligopólio; Corporações multinacionais; Intensidade de fatores e ordenamento de bens. Igualização do fator-preço. Paradoxo de Leontief. Teorema de Rybczynski; Divisão Internacional do Trabalho e Relação Centro-Periferia; Sistema de Bretton Woods, GATT/OMC, BIRD, FMI, desequilíbrios da economia internacional.

Conteúdo Programático:

- 1.1 - Economia internacional: aspectos teóricos-históricos
 - 1.2 - Sistema de comércio
 - 1.3 – Antecedentes históricos
 - 1.4 – modelos teóricos tradicionais de comércio internacional.
 - 1.5 – padrões de comércio
 - 2.1 – Ganhos com comércio Internacional
 - 2.2 – Economias de escala
 - 2.3 – Concorrência imperfeita
 3. Modelos Ricardianos
 - 3.1 – Benefícios de comércio internacional
 - 3.2 – Funções de produção em comércio internacional: diagrama-caixa
 - 3.3 – Modelo de Heckscher-Ohlin
 - 3.4 - Modelo de fatores específicos
 4. Aplicações empíricas destes modelos
 - 4.1 – Comércio sob incerteza
 - 4.2 – Movimentos de fatores
 - 4.3 – Diferenciação de Produto e Concorrência Monopolista
 - 4.4 – Oligopólio
 - 5 – Corporações multinacionais
 - 5.1 – Intensidade de fatores e ordenamento de bens
 - 5.2 - Igualização do fator-preço
 - 5.3 - Paradoxo de Leontief
 - 5.4- Teorema de Rybczynski
-
- 6 - Divisão Internacional do Trabalho e Relação Centro-Periferia
 - a. – Sistema de Bretton Woods
 - b. Formação de Blocos Econômicos
 - c. - GATT/OMC, BIRD, FMI
 - d. Desequilíbrios da economia internacional
-

Bibliografia:

- BAUMANN, R.; CANUTO, O.; GONÇALVES, R. (2004). Economia internacional: teoria e experiência brasileira. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. Caps. 17 e 18.
- CHIPMAN, J. S. (1965). A Survey of the Theory of International Trade: Part 1, The Classical Theory (PDF). *Econometrica*. 33 (3): 477–519.
- DORNBUSCH, R.; FISCHER, S.; SAMUELSON, P. A. (1977). Comparative Advantage, Trade, and Payments in a Ricardian Model with a Continuum of Goods. *The American Economic Review*. 67 (5): 823–839.
- FUJIMOTO, T.; SHIOZAWA, Y. (2011). Inter and Intra Company Competition in the Age of Global Competition: A Micro and Macro Interpretation of Ricardian Trade Theory. *Evolutionary and Institutional Economics Review*. 8 (1): 1–37.
- JONES, R. W. (1961). Comparative Advantage and the theory of Tariffs; A Multi-Country, Multi-commodity Model. *Review of Economic Studies*. 28 (3): 161–175.
- KRUGMAN, P. R.; OBSTFELD, M. (2010). Economia internacional: teoria e política. São

Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. Caps. 8, 9 e 10.

LEONTIEF, W. W. (1953). Domestic Production and Foreign Trade: The American Capital Position Re-examined. *Proceedings of the American Philosophical Society*. 97: 332–349.

LINDER, S. B. Ensaio sobre o comércio e transformação. In: SAVASINI, J. A. A.; MALAN, P. S.; BAER, W. *Economia internacional*. São Paulo: Saraiva, 1979, p. 65-87.

MCKENZIE, L. W. (1954). Specialisation and Efficiency in World Production. *Review of Economic Studies*. 21(3): 165–180.

SAMUELSON, P. (2001). "A Ricardo-Sraffa Paradigm Comparing Gains from Trade in Inputs and Finished Goods". *Journal of Economic Literature*. 39 (4): 1204–1214.

VERNON, R. (1979). Investimento externo e comércio internacional no ciclo produto. In: SAVASINI, J. A. A.; MALAN, P. S.; BAER, W. *Economia internacional*. São Paulo: Saraiva, 1979, p. 89-107.

YEATS, A., 2001, Just How Big is Global Production Sharing? in Arndt, S. and H. KIERZKOWSKI, (eds.), 2001, *Fragmentation: New Production Patterns in the World Economy*, (Oxford University Press, Oxford).

ECONOMIA REGIONAL E URBANA II	Optativa	Ch 60h	Cred 04
Ementa: Conteúdos específicos de cunho teórico e/ou aplicado, vinculados às Linhas de Pesquisa.			
Bibliografia: A definir de acordo com o conteúdo a ser trabalhado.			

SEMIINÁRIOS DE DISSERTAÇÃO	Obrigatória	Ch 30h	Cred 02
Ementa: Estudo e discussão de temas relativos à dissertação dos alunos.			
Bibliografia: A definir de acordo com o tema das dissertações			

ESTÁGIO DE DOCENCIA	Obrigatória	Ch 30h	Cred 02
Ementa: Definida de acordo com a disciplina em que o aluno fará o Estágio. Esta disciplina é obrigatória para alunos bolsistas.			
Bibliografia: A definir de acordo com a disciplina do Estágio			

Contextualização Institucional e Regional da Proposta

1 A proposta do PPGERU no contexto do Plano de Desenvolvimento da IES.

A presente proposição de APCN se dá a partir de atualizações da proposta feita em 2018, sob o número 906/2018 que, após a solicitação de reconsideração de resultado obteve parecer favorável do Comitê de Área. Tal solicitação se deu em decorrência de restrições técnicas no momento de submissão que gerou um equívoco culminando na não inserção de toda a produção científica do corpo docente. A produção, conforme já se observava naquele momento, é de elevado nível e expressiva qualidade permitindo credenciar o deferimento da proposta, conforme parecer do Comitê. Entretanto, o Conselho Técnico-Científico da Educação Superior da CAPES (CTC-ES), vetou o parecer que recomendou este deferimento.

A criação do Programa de Pós-Graduação em Economia Regional e Urbana (PPGERU) irá atender uma demanda reprimida de formação *Stricto Sensu* na área de Economia no interior atentando para

a necessidade de interiorização desta formação, que é uma das estratégias de reduzir as disparidades avançando na consolidação da pós-graduação nacional.

Sem nenhum risco de negligenciar a qualidade da pós-graduação, mas pelo contrário, atuando de forma afiançada nas suas competências de excelência e qualidade, a IES proponente está muito bem habilitada para execução deste programa. A instalação do PPGERU, do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri (DE/URCA), em Crato, cidade universitária localizada na Mesorregião Sul Cearense e, portanto, em área estratégica de limites entre os estados do Ceará, Pernambuco, Piauí e Paraíba, converge para o fortalecimento institucional deste Departamento e da própria URCA, permitindo a continuidade na formação acadêmica, que já é exercida de forma efetiva com o Bacharelado em Economia.

A URCA foi criada em 09 de junho de 1986, pela Lei Estadual No. 11.191 publicada no DOE em 16.06.1986, com a missão de “Contribuir significativamente para a transformação da realidade regional, através de atividades de ensino, pesquisa e extensão, como agente ativo do processo de desenvolvimento das Regiões do Cariri e Centro Sul Cearenses, em sintonia com as aspirações da sociedade caririense”. Tal missão vem sendo praticada, atendendo aos macro movimentos requeridos pela inserção na dinâmica global da produção do conhecimento inovador e formação em nível superior. Assim, a relação com o regional e o urbano e os desdobramentos na promoção do desenvolvimento deste espaço centro-nordestino, está explícito na própria concepção institucional desta IES.

Atualmente a URCA possui 28 (vinte e oito) cursos de graduação, distribuídos em oito *campi*, nas cidades de Crato, Juazeiro do Norte, Missão Velha, Iguatu e Campos Sales, alcançando uma totalidade de aproximadamente 11 (onze) mil estudantes.

Uma das estratégias de expansão da Instituição, consubstanciada no seu atual Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI/URCA, 2018), tem como fundamento prioritário a ampliação, consolidação e promoção de programas de Pós-graduação *Stricto Sensu* nos seus diversos campos de atuação. Tal estratégia foi reforçada na recente atualização do PDI, que propõe o cenário de ação da instituição para o período de 2018-2021.

Desta forma, a URCA passou a dispor nos últimos anos dos seguintes cursos de mestrado e doutorado: Mestrado Acadêmico em Bioprospecção Molecular, Mestrado Acadêmico em Enfermagem, Mestrado Profissional em Saúde da Família, Mestrado Profissional em Educação, Mestrado em Ensino de Física, Mestrado em Ensino de História, Mestrado em Ensino de Matemática, Mestrado em Letras, Doutorado em Associação com a UEPB E UFRPE em Etnobiologia e Conservação da Natureza e. mais recentemente o mestrado e doutorado acadêmicos em Química Biológica, aprovados numa só submissão ao Comitê de Área da CAPES. O esforço de qualificação em nível de Pós-graduação *Stricto Sensu* se manifesta ainda na realização de parcerias com importantes Instituições de Ensino Superior (IES) do país para a realização de mestrados e doutorados interinstitucionais. Neste sentido, estão em andamento com sucesso os seguintes cursos: o Mestrado Interinstitucional em Geografia (URCA/USP), os Doutorados Interinstitucionais em Letras (URCA/UFC) e em História (URCA/UFF). Foi finalizado com êxito no último ano os Mestrados Interinstitucionais em Direito (URCA/UNISC) e os Doutorados Interinstitucionais em Química Toxicológica (URCA/UFSM), em Direito Econômico (URCA/PUC-PR), em Artes (URCA/UFGM) e em Engenharia Mecânica (URCA/UNESP – Campus de Guaratinguetá).

No que concerne à contextualização institucional da proposta do Programa de Pós-graduação em Economia Regional e Urbana (PPGERU), além desta macro estratégia da Universidade acima apontada, que pauta a expansão da Pós-graduação *Stricto Sensu* com qualidade, dois outros elementos são fundamentais e serão apresentadas no Histórico do Curso: i) as características que definem a instituição e ii) as demarcações dadas pela ação dos seus dois Cursos de Ciências Econômicas.

2. A importância regional do PPGERU.

O PPGERU será instalado na cidade de Crato, na sede da URCA e portanto numa região de importância econômica regional, na Mesorregião Sul Cearense também denominada de Região do Cariri.

Juntamente com as cidades de Juazeiro do Norte e Barbalha, a cidade de Crato constitui uma conurbação de intensos fluxos econômicos e populacionais, popularmente conhecidas pela denominação de Triângulo CRAJUBAR. Estas cidades tem uma distância entre elas de 10 km e, de acordo com uma estimativa feita pelo IBGE, apresentam uma população de 453.567 habitantes em 2015. O CRAJUBAR se constitui no centro urbano mais dinâmico e populoso do Estado do Ceará após a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). De acordo com o Censo Demográfico de 2010, esta população era de 426.690 habitantes (IBGE, 2010). Abrangendo este conjunto urbano, em junho de 2009, pela Lei Estadual No. 78/2009, é instituída a Região Metropolitana do Cariri (RM Cariri), formada por nove municípios: além dos três que compõem o Triângulo CRAJUBAR, os seus municípios limítrofes de Caririáçu, Farias Brito, Nova Olinda, Santana do Cariri, Jardim e Missão Velha.

Além dos aspectos que caracterizam o fenômeno aglomerativo como a conurbação entre as principais cidades e as especialidades econômicas manifestadas na divisão espacial do trabalho entre elas, a criação da RM Cariri foi motivada por dois imperativos de relevância para a economia regional: i) a política de interiorização do desenvolvimento econômico promovida pelos governos em suas diversas hierarquias objetivando reduzir a demasiada macrocefalia urbana em torno da capital estadual e ii) a dinâmica de expansão urbana que as cidades da Mesorregião Sul Cearense, o Cariri em particular, tem usufruído nos últimos vinte anos, no contexto do crescimento das cidades consideradas intermediárias e localizadas no interior do país.

Tal dinâmica é observada principalmente na oferta de serviços educacionais, com a ampliação do número de IES atuando neste espaço, sejam de âmbito público ou privado. O CRAJUBAR conta com formação de ensino superior de nível tecnológico oferecida pelo Instituto Federal de Ensino Tecnológico (IFCE) com campi nas cidades de Crato e Juazeiro do Norte.

A Região dispõe ainda da Universidade Federal do Cariri (UFCA), instituição parceira da URCA, com *campi* nas cidades de Crato, Barbalha, Juazeiro do Norte, Brejo Santo e Icó com cursos superiores em Administração, Administração Pública, Agronomia, Biblioteconomia, Jornalismo, Design de Produto, Engenharia Civil, Engenharia de Materiais, Filosofia, História, Ciências Naturais e Matemática, Medicina e Música.

Complementando o conjunto das IES importantes na região, é importante mencionar a atuação de algumas instituições privadas já consolidadas e ofertando cursos em áreas complementares aos das IES públicas. Se destacam: o Centro Universitário Leão Sampaio, a Faculdades Paraíso (FAP), a Faculdade de Juazeiro do Norte (FJN), a Faculdade de Medicina de Juazeiro do Norte (FMJ) esta última pertencente ao sistema Estácio de Sá.

O Cariri Cearense sempre teve no seu processo histórico o protagonismo na implementação de instituições educacionais no interior do Estado do Ceará. Fora da capital Fortaleza, foi a primeira região a dispor de um estabelecimento de ensino secundarista, o Seminário São José em Crato, que se constitui na instituição indutora de um conjunto amplo de estabelecimentos educacionais (CAVA, 2014). Além de dar origem à Faculdade de Filosofia, por muito tempo o Seminário do Crato foi formador de grande parte dos professores que prosperaram a rede educacional regional e que, com o passar do tempo, deram a alcunha de centro de educação às cidades de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha.

No que concerne a outros elementos que particularizam a região, com desdobramentos diretos na sua economia e na sua função de centro econômico polarizador de um vasto território centro-nordestino, há o destaque para as riquezas propiciadas pela natureza e pelas condições físicas. Em meio ao semiárido marcado pelas restrições de seu quadro edafoclimático, o CRAJUBAR e boa parte dos centros urbanos da Mesorregião Sul Cearense estão localizados no entorno da Chapada do Araripe e cuja formação geológica possibilitou riquezas naturais responsáveis em grande parte pelo adensamento populacional e econômico neste território. Isto foi permitido por aspectos diferenciados como:

1. A disponibilidade de recursos hídricos permitidas pelas características da Bacia Sedimentar do Araripe, com área aproximada de 11.000 km² e formada por um planalto circundado por planícies com desníveis de 400 a 700m. O principal ativo é o recurso hídrico subterrâneo, fonte principal do abastecimento urbano e das atividades econômicas (agricultura, lazer e indústria);
2. O clima diferenciado em decorrência da elevação da Chapada que tem altitude média de 700 a 740 m acima do nível do mar. Juntamente com uma vegetação de Floresta de Cerradão, a Floresta Nacional do Araripe que, criada em 02 de maio de 1946, foi a primeira floresta nacional criada em território brasileiro (ICMBio, 2015), constitui-se fatores de ordem natural que dão um nível de pluviosidade média de 1.000 a 1.050 mm³ de precipitação de chuvas na região;
3. Maior produtividade dos solos com composição predominante de aluviões dando condições de uma agricultura mais diversificada apta à produção de hortaliças, fruticultura para exportação para além da agricultura de subsistência regional. Como inexistente rede de drenagem na parte superior da elevação da Chapada, são formadas vertentes torrenciais até as planícies, intensificadas pela presença de inúmeras fontes (CPRM, 2012). Assim, são depositadas no vale as cargas das torrentes dando características de fertilidade em nutrientes e de recursos hídricos;

Tal quadro deu ao Cariri Cearense a fama popular de “oásis do sertão nordestino”. Somando-se a estes elementos, outros de ordem histórica e da formação econômica regional fornecem potenciais econômicos, culturais, naturais e científicos de relevância, justificando de forma concreta a pertinência do PPGERU. Dentre estes, três são de ordem superlativa na arena dos estudos da Economia Regional e Urbana.

O primeiro deles é a marcante religiosidade popular, em torno da presença da histórica figura do Padre Cícero Romão Batista. A formação das estruturas sócio-político-econômicas que particularizam o polo centro-nordestino que tem como núcleo irradiador a cidade de Juazeiro do Norte, no Triângulo CRAJUBAR, e ainda sua relevância no contexto de desenvolvimento da Região Nordeste de forma mais ampla, são indissociáveis das aglutinações vindas em torno da personagem do Padre Cícero. Os fatos históricos a ele relacionados extrapolaram gradativamente o quadro religioso. Como desdobramentos derivados de tal contexto, Juazeiro do Norte se converte de pequena vila em fins do século XIX, cuja função era servir de apoio e rancho aos comboios em trânsito entre as principais feiras regionais, em grande centro comercial, industrial e de serviços especializados.

Já em 1950, a população do município de Juazeiro do Norte era de 56.146 habitantes. O crescimento populacional, puxado em primeira instância pelo dinamismo vindo com o movimento de romarias em torno da história do Padre Cícero e de seus milagres se intensifica posteriormente e em 2010 a cidade alcança a cifra de 249.939 habitantes de acordo com o último censo demográfico do IBGE, de 2010.

A relação direta entre a história do Padre Cícero, o crescimento de Juazeiro do Norte e o peso econômico que esta cidade assumiu no contexto do desenvolvimento regional não se restringe ao fato do movimento religioso. As próprias recomendações em torno dos princípios de uma vida digna pautadas não somente na fé mas também no usufruto do trabalho consolidam em Juazeiro do Norte um verdadeiro depósito de artesanato e respectiva comercialização dos bens produzidos (CAVA, 2014). A articulação de regiões lindeiras através destas atividades econômicas, tornaram a cidade o maior centro comercial do interior do Ceará sendo também o maior núcleo populacional do estado após a RMF. Firma-se assim uma conotação de caráter mais amplo às influências exercidas pelo aspecto polarizador de Juazeiro do Norte e do papel do Padre Cícero como grande figura do desenvolvimento do Nordeste sertanejo

A partir desta irradiação e das proximidades com as cidades de Crato e Barbalha, conforme já mencionado, se consolida uma conurbação que posteriormente foi o indício de criação da Região Metropolitana do Cariri, em 2009, cuja formação inclui também os municípios limítrofes destas três cidades (Jardim, Missão Velha, Caririáçu, Farias Brito, Nova Olinda e Santana do Cariri).

Em 2010 Juazeiro do Norte se constituía na quinta maior economia estadual com um PIB de R\$1.959.969 sendo superado somente por economias da Região Metropolitana de Fortaleza (Fortaleza, Maracanaú e Caucaia) e por Sobral, este último um centro de dinâmica diretamente vinculado à RMF. Ao se considerar o papel econômico da Conurbação CRAJUBAR, este nível se eleva para terceira maior economia estadual, somando um PIB de R\$3.260.808.

Uma relevante constatação para as investigações da Economia Regional e Urbana é que, em termos de hierarquia urbana dada pela formulação preconizada nas Regiões de Influência de Cidades, a ocupação da referida conurbação é de Capital Regional de nível C, estando no segundo grande nível de hierarquia, após as grandes metrópoles nacionais (IBGE, 2008).

Anualmente são atraídos para a Região do Cariri e mais precisamente para a cidade de Juazeiro do Norte, cerca de 2 (dois) milhões de romeiros do Nordeste e do Brasil. Tal fato gera um conjunto de influências na economia regional dinamizando setores como o de receptivo (pousadas, hotéis, albergues, hospedarias) e o artesanato. As visitas de romeiros se tornam oportunidades de compra para os visitantes, dinamizando o comércio popular a cada ciclo de romarias intermediados daquilo que os estudiosos já denominam de “turismo religioso” (ARAÚJO, 2011).

Em segundo lugar destaca-se a criação do primeiro Geopark das Américas e do Hemisfério Sul, o Geopark Araripe, um dos programas mais relevantes que a região possui e cuja instituição gestora é a própria URCA. Os Geoparks se constituem enquanto um padrão de compleição territorial caracterizado pela identificação particular de um inventário geológico de relevância e raro (SALLES *et al*, 2008). É necessário que esta diferenciação vá mais além, se concretizando no fato de que tal constituição territorial advinda das particularidades da formação geológica possui desdobramentos na formação mais ampla da identidade do território através de elementos econômicos, sociais, culturais, antropológicos que se manifestam de forma tácita no cotidiano desta área. A sua chancela precisa ser reconhecida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization - UNESCO) através da sua Rede Global de Geoparks (Global Geoparks Network - GGN), havendo uma avaliação periódica também conduzida por este organismo das Nações Unidas.

O Geopark Araripe foi instituído por candidatura do território à UNESCO em 2005, e oficializada em setembro de 2006. É formado por seis municípios localizados no recorte espacial denominado de Região do Cariri. São eles Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri e abrangem uma área 3.441km² compreendendo uma população de 492.390 habitantes (GEOPARK ARARIPE, 2015). Estes municípios possuem nove geossítios identificados e reconhecidos pela UNESCO: Batateiras (Crato), Pedra Cariri e Ponte de Pedra (Nova Olinda), Parque dos Pterossauros e Pontal de Santa Cruz (Santana do Cariri), Cachoeira de Missão Velha e Floresta Petrificada (Missão Velha), Riacho do Meio (Barbalha), Colina do Horto (Juazeiro do Norte). Geossítios são locais de interesse particular geológico, com características notáveis sob o ponto de vista científico, didático ou turístico se definindo como *hot spots* da raridade e atributos do patrimônio mundial.

Sua criação resultou também do apoio institucional das seguintes entidades: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Serviço Geológico do Brasil (CPRM), Centro de Tecnologia Mineral do Ministério da Ciência e Tecnologia (CETEM) e Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais não Renováveis (IBAMA), além de outras ONGs internacionais, nacionais, regionais e as municipalidades.

No mundo são 140 Geoparks reconhecidos pela UNESCO, em 37 países espalhados pelos cinco continentes. Além da avaliação de candidatura que deu a chancela em 2006, o Geopark Araripe foi avaliado mais duas vezes, em 2010 e em 2015 por Comissão de Avaliadores da UNESCO, obtendo nas duas ocasiões a certificação de selo verde, que é a mais elevada.

Os potenciais de agenda de pesquisa possibilitados em torno das espacialidades econômicas advindas da constituição do Geopark Araripe são de grande importância enquanto campo de atuação do PPGERU. Sendo um relevante constructo de caráter regional e urbano articulado pelas atividades econômicas, a necessidade de estudos, diagnósticos, profissionais qualificados, pesquisadores se apresentam articulados à proposta de um Programa de Pós-graduação em Economia Regional e

Urbana. Ademais, conforme mencionado anteriormente, o Geopark Araripe tem sua gestão feita pela URCA, o que torna esta necessidade e a sua incorporação nas pautas de pesquisa e pós-graduação de áreas que tratam do desenvolvimento deste espaço praticamente um imperativo.

Um terceiro e não menos importante aspecto da região com desdobramentos consideráveis na sua economia e constituição de polo urbano de destaque, está a sua riqueza científica que a coloca na rota de pesquisadores nacionais e internacionais em diversas áreas. São pujantes neste panorama: i) o já mencionado fenômeno religioso associado ao Padre Cícero; ii) a composição histórica de celeiro econômico fértil em meio ao semiárido nordestino se constituindo em centro de fluxos populacionais intensos; iii) a presença de um rico artesanato e das manifestações culturais que são reconhecidas como patrimônio cearense; iv) o fato de a Bacia Sedimentar do Araripe, sob a qual se assenta esta região, possuir uma das maiores e mais importantes reservas mundiais fossilíferas do período Cretáceo e; v) sua riqueza e diversidade agrícola.

Todos estes aspectos colocam a região na agenda de renomados pesquisadores nacionais e internacionais, atraindo um aberto movimento de turismo científico no campo da Economia, Antropologia, Geografia, História, Artes e Cultura o que mobiliza fatores econômicos nas diversas ordens, sendo requisital a implantação de um Programa de Pós-graduação em Economia para estudar seus determinantes.

Histórico do Curso

2.1. Características institucionais da URCA

Além de ter a origem marcadamente relacionada com as necessidades regionais de qualificação em nível superior assim como da produção de conhecimento através da pesquisa científica, a URCA é hoje uma IES pública de grande destaque no contexto do interior do Nordeste. A sua fundação, em 1986, resultou da fusão de faculdades e cursos de ensino superior pertencentes à Faculdade de Filosofia do Crato, da Diocese de Crato, com outros cursos da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

O Campus Sede, Campus do Pimenta, está localizado na cidade de Crato, extremo Sul do Ceará e distante a 537 km da capital estadual, Fortaleza. O destaque que a URCA desempenha não se situa somente no âmbito dos seus números expressivos em ensino, pesquisa e extensão mas principalmente devido ao fato de ser a IES pioneira na Mesorregião Sul Cearense, também conhecida por Região do Cariri. Sua oferta de vagas no Ensino de Graduação compreende os seguintes cursos:

- a) Ciências Biológicas, Enfermagem, Química, Educação Física, Ciências Econômicas, Direito, Ciências Sociais, Geografia, História, Letras, Pedagogia, Artes Visuais e Teatro nos *campi* localizados na cidade de Crato;
- b) Engenharia de Produção, Física, Matemática, Tecnólogos da Construção Civil – Topografia e Estradas, Tecnólogos da Construção Civil – Edifícios, nos *campi* localizados na cidade de Juazeiro do Norte;
- c) Ciências Biológicas, Letras e Matemática, no Campus Descentralizado na cidade de Campos Sales;
- d) Ciências Biológicas e Letras no Campus Descentralizado na cidade de Missão Velha;
- e) Ciências Econômicas, Direito, Enfermagem e Educação Física no Campus Descentralizado na cidade de Iguatu.

O seu raio de ação geoeducacional, compreende 106 municípios dos estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco e Piauí (PDI/URCA, 2018) e neste contexto, a URCA integra um processo de formação com ação social e econômica, regionalmente referenciadas. Ao lidar com o conhecimento, a pesquisa e a formação de recursos humanos, a URCA se transformou num agente multiplicador de

uma dinâmica que fortalece as economias regionais nordestinas, coexistindo de forma interativa *pari passu* à formação propiciada nos grandes centros econômicos da Região Nordeste e do Brasil.

Consciente desta tarefa intransferível, a URCA assume papel inovador. A simples presença de uma Instituição de Ensino Superior, numa área caracterizada historicamente por extremas limitações, é um vetor de transformações para a região. Além desta ação imediata e quase rotineira de agência propulsora de benefícios, esta IES assume responsabilidades muito claras na construção do futuro da região, mediante definições de escolhas técnicas das variáveis externas mais adequadas ao modelo de desenvolvimento, em razão das potencialidades econômicas e dos seus traços culturais.

A importância da criação do PPGERU neste contexto é evidenciada pela necessidade de formação em nível de Pós-graduação *Stricto Sensu*, que venha a convergir com os esforços de atuação da Universidade.

2.2. Características do Departamento de Ciências Econômicas da URCA.

O PPGERU será vinculado ao Centro de Estudos Sociais Aplicados (CESA) da URCA, no Departamento de Economia.

As origens deste do Departamento e do Curso de Economia estão imbricadas à própria história sobre os estudos do desenvolvimento do Nordeste. Criado em 1961 e já com 58 anos de trajetória, este curso é resultado da recomendação dada por grandes personalidades intelectuais regionais e nacionais, que apontavam para a necessidade de quadros especializados para estudar o desenvolvimento e a economia regional.

Dentre estas recomendações estava a de Celso Furtado, apresentada no Relatório do GTDN e expressa em diversas formulações dos Planos Diretores da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), de que era necessário instituições de formação de quadros profissionais em nível superior e técnico no Nordeste, para promover a revolução que o saber permite, principalmente em áreas que habilitam ao conhecimento da região. O enfoque era compor quadros para o planejamento e promoção do desenvolvimento através da diversificação das atividades econômicas.

Outra recomendação foi dada pelo Prof. Antônio Martins Filho, fundador da Universidade Federal do Ceará, da Universidade Estadual do Ceará e também da URCA. Sua preocupação voltava-se para a carência de Instituições de Ensino Superior e o papel destas no desenvolvimento regional, principalmente no Nordeste interiorano e no processo de redução de assimetrias (MARTINS FILHO, 1965). Sendo o Cariri um seleiro verde e diferenciado em pleno sertão semiárido, a necessidade de entender sua realidade econômica era concreta.

A vinda de um grupo de pesquisadores para o Sul do Ceará em 1961, imbuídos de implantar um Projeto de Industrialização promovido pela Universidade da Califórnia (UCLA), foi uma das manifestações da necessidade de compreender a economia regional para nela intervir. O Projeto Azimow, como ficou denominado esta intervenção devido ao seu Coordenador o Prof. Morris Azimow, se propôs a implantar atividades industriais no Cariri, mais precisamente nas cidades de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha. O financiamento proviria do Governo Americano, da Agência de Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos (United States Agency for International Development - USAID) e os setores beneficiados seriam exclusivamente da atividade industrial (FERNANDES *et al*, 2015). A iniciativa norte-americana fazia parte do contexto de ações da Aliança para o Progresso e seria inicialmente direcionada para a Índia. Entretanto, por influência do Prof. Antônio Martins Filho, naquele momento então Reitor da UFC, a equipe do projeto veio à região objetivando implantar a ação nesta região.

Apesar da boa formulação do Projeto Azimow, sua inadequação estava em pontos como o pouco conhecimento da Região por parte de seu grupo implementador, a ausência de estudos técnicos e diagnósticos mais adequados, dentre outros, que fizeram com que os setores privilegiados não fossem os mais aptos a este espaço nordestino e, com isto, o projeto não tivesse efeitos. A implantação de indústria de bens de consumo duráveis, como a indústria de rádios, é um caso que pode ser exemplificado. Inexistia na Região do Cariri as condições fundamentais para este tipo de atividade, dentre elas a mão de obra qualificada além das mínimas condições de oferta de insumos.

O quadro de transformações na economia brasileira intensificado nos anos 1960, também mobilizou a criação de uma Faculdade de Economia em pleno interior nordestino. O diagnóstico advindo destas experiências, bem como da preocupação maior do planejamento da economia regional apontaram para a carência de formação de ensino superior neste campo estava posta.

Em tal cenário, a Associação de Empregados do Comércio de Crato capitaneou a criação da Faculdade de Ciências Econômicas sediada nesta cidade, fundada em 12 de janeiro de 1960 e autorizado seu funcionamento em 11 de janeiro de 1961, com instalação de suas atividades em 18 de março de 1961. O Reconhecimento do Curso de Ciências Econômicas desta Faculdade acontece pelo Decreto Federal No. 82.040/78 através do Parecer No. 1.882/78, de 26 de julho de 1978 e publicado no DOU em 27 de julho de 1978.

Em 1974, o Curso de Ciências Econômicas do Crato teve seu funcionamento vinculado à Universidade Federal do Ceará, mas com o avanço da expansão interiorizada da Universidade Estadual do Ceará, durante a década de 1970, seu encampamento por esta instituição ocorre em 18 de dezembro de 1977, pelo Decreto Estadual No. 12.621/77, a quem permanece vinculado até a criação da URCA em junho de 1986.

Com a criação da URCA, em 09 de junho de 1986, o Curso de Ciências Econômicas da Faculdade de Economia do Crato passa a compor os cursos do Centro de Estudos Sociais Aplicados (CESA) da nova IES juntamente com os Cursos de Direito e Pedagogia. A partir de então a aptidão pautada nos princípios de formação regionalmente referenciada de promoção do desenvolvimento para uma inserção global dos profissionais formados pelo Curso de Ciências Econômicas se funde com a própria missão da URCA.

Considerando a abrangência da atuação da URCA na Mesorregião Centro Sul Cearense, polarizada pela cidade de Iguatu que é também considerada um centro intermediário na estrutura da rede urbana do Ceará, é implantado um segundo Curso de Ciências Econômicas da URCA nesta cidade, como parte das ações de instalação da Unidade Descentralizada da URCA em Iguatu, atual Campus Multi Institucional Humberto Teixeira. A autorização de funcionamento do Curso de Ciências Econômicas de Iguatu se deu pela Resolução do Conselho Superior Universitário No. 010/2004, de 03 de setembro de 2004, sendo mais um espaço de formação de profissionais em Economia, localizado no interior do Estado. Com isto, a URCA dispõe de dois cursos de graduação em Ciências Econômicas, situados em cidades estratégicas para a economia estadual, objetivando constituir um quadro de profissionais habilitados ao planejamento econômico nestes espaços.

No caso do Curso de Economia sediado na cidade de Crato, sendo um dos mais antigos da URCA e do Nordeste, consolidou sua ação pelas atividades ao ensino, pesquisa e extensão. Atualmente o corpo docente do curso é composto por 32 (trinta e dois) professores efetivos, conforme apresentado a seguir, com respectivas formações (DIPES/URCA):

1. 22 Professores Doutores:

- a. Ahmad Saeed Khan, Professor Visitante da URCA (Bolsa de Visitante FUNCAP), Doutorado em Economia Agrícola e Recursos Naturais (Oregon State University); Mestrado em Economia (Colorado State University) e Agronomia - West Pakistan Agricultural University;
- b. Anderson da Silva Rodrigues, Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA/UFC); Mestrado em Economia (CAEN/UFC);
- c. Áydano Ribeiro Leite, Doutorado em Economia (UFBA); Mestrado em Economia (UFPB);
- d. Christiane Luci Alves Bezerra, Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA/UFC); Mestrado em Economia (UFPB);
- e. Eliane Pinheiro de Sousa, Pós-doutorado em Economia Aplicada (ESALQ/USP); Doutorado em Economia (UFV/MG); Mestrado em Economia Rural;

- f. Francisca Laudeci Martins de Sousa, Pós-doutorado em Geografia (UNESP – Rio Claro); Doutorado em Educação (UERJ); Mestrado em Economia Rural (UFC);
- g. Francisco José Soares Teixeira, Doutorado em Educação (UFC); Mestrado em Economia (UFC);
- h. Francisco do O' de Lima Júnior, Pós-doutorando em Desenvolvimento Econômico (UNICAMP), Doutorado em Desenvolvimento Econômico (UNICAMP); Mestrado em Economia (UFU);
- i. Francisco Roberto Dias, Doutorado DINTER (Direito Econômico – PUC/PR; Mestrado em Economia Rural - UFC);
- j. Emanuel Lima Ferreira, Doutorado em Sociologia (UFC); mestrado em Sociologia (UFC);
- k. João Luís do Nascimento Mota, Doutorado DINTER (Direito Econômico – PUC/PR; Mestrado em Economia - UFPB);
- l. José Micaelson Lacerda Moraes, Pós-doutorado em Desenvolvimento Econômico (UNICAMP); Doutorado em Economia (UFRJ); Mestrado em Engenharia da Produção (UFPB);
- m. Luís Abel da Silva Filho, Doutorado em Economia (UNICAMP); Mestrado em Economia (PPGECO/UFRN);
- n. Marcos Antônio de Brito, Doutorado em Economia (UFV/MG); Mestrado em Economia Rural (UFC);
- o. Maria de Lourdes Araújo, Doutorado em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ); Mestrado em Economia (PPGE/UFPB);
- p. Maria Messias Ferreira Lima, Doutorado em Geografia (UFPB); Mestrado em Economia Rural (UFC);
- q. Pedro Ferreira Barros, Doutorado em Educação (UFC); Mestrado em Sociologia (UFC);
- r. Ramá Lucas Andrade, Doutorado DINTER (Direito Econômico – PUC/PR; Mestrado em Economia - UFPB);
- s. Ronald de Figueiredo e Albuquerque, Doutorado em Educação (UFC); Mestrado em Sociologia (UFC);
- t. Rosemary de Matos Cordeiro, Doutorado em Geografia Econômica (UNESP/Rio Claro); Mestrado em Economia (UFC);
- u. Silvana Nunes de Queiroz, Pós-doutorado em Demografia (UFRN); Doutorado em Demografia (UNICAMP); Mestrado em Economia (UFPB);
- v. Wellington Ribeiro Justo, Doutorado em Economia (PIMES/UFPE); Mestrado em Economia Rural (UFC);

2. 08 Professores em Qualificação de Doutorado

- a. Guilherme Sawatami Guedes Alcoforado, Doutorando em Economia pelo Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal Fluminense (PPGE-UFF), Mestre em Desenvolvimento Regional e Sustentável (UFCA);
- b. Isabela Kristina Ferreira de Freitas, Doutoranda em Economia pelo Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal Fluminense (PPGE-UFF), Mestra em Economia Rural (UFC);

- c. José Marcio dos Santos, Doutorando em Economia pelo Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal Fluminense (PPGE-UFF), Mestre em Economia (UFPB);
- d. Maria Jeanne Gonzaga de Paiva, Doutoranda em Economia pelo Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal Fluminense (PPGE-UFF), Mestra em Economia Rural (UFC);
- e. Nagilane Parente Damasceno, Doutorando em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA – UFC); Mestrado em Economia (UFC - CAEN);
- f. Pedro José Rebouças Filho, Doutorando em Ciências Políticas (Universidade Técnica de Lisboa); Mestre em Economia (CAEN-UFC);
- g. Rogério Moreira de Siqueira, Doutorando em Economia (CAEN – UFC). Mestrado em Economia (CAEN – UFC);
- h. Valéria Feitosa Pinheiro, Doutoranda em Economia pelo Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal Fluminense (PPGE-UFF), Mestra em Desenvolvimento Regional (URCA).

3. 02 Professores Mestres e Especialistas

- a. Luís Felisberto Nunes Oliveira, Especialista em Economia (UFC) e em Administração de Empresas (URCA);
- b. Marcos Eliano Tavares Ribeiro, Mestre em Engenharia de produção (UFPB);

Observa-se que este corpo docente tem formação em Economia e áreas afins, aquiescida em Centros de Pesquisa e formação de excelência do Brasil. Dado que o PPGERU será vinculado a tal corpo, demonstra-se que pela formação e experiência, há sustentabilidade de longo prazo da proposta em termos de disponibilidade e atuação docente na própria instituição.

Recentemente (julho de 2019) foram iniciadas as atividades de uma turma de Doutorado Interinstitucional da URCA com o Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal Fluminense (PPGE-UFF, Nota 6 CAPES), objetivando qualificar os docentes em condições, que ainda não tinha formação em nível de doutorado.

A inexistência de uma Pós-graduação *Stricto Sensu* não acomodou as atividades de investigação científica e fez com que os espaços dados por outras atividades requeridas pela consolidação do currículo da graduação e também pela dinâmica acadêmica institucional permitissem o acúmulo de experiência em pesquisa e produção de conhecimento por parte destes docentes. As agendas privilegiam temas e problemas prioritariamente nas linhas relacionadas diretamente à Economia Regional e Urbana:

1. A produção científica resultado dos trabalhos de monografia de graduação, acompanhada de forma rigorosa se direciona à publicação em periódicos e eventos dos diversos campos da Economia, tendo boa classificação em concursos de Prêmios de Monografias estaduais e nacionais;
2. Ampla prática de Iniciação à Pesquisa, com bolsas de IC financiadas por instituições de fomento como FUNCAP, CNPq, e/ou bolsas da própria URCA, e com alunos pesquisadores voluntários. Os projetos trazem como resultados relatórios, artigos e publicações também veiculadas em diversos periódicos e anais, além de permitir a participação de estudantes em eventos nacionais e internacionais. Esta prática tem inserido um expressivo número de egressos para a Pós-graduação *Stricto Sensu* em diversos centros de formação do país;
3. A participação institucional em eventos nacionais de grande relevância como o Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Sociologia e Administração Rural (SOBER), o Encontro da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos (ENABER), o Encontro Nacional de Pós-graduação em Economia (ANPEC), o Encontro Nacional de Estudos Regionais e Urbanos (ANPUR), Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho

(ABET), da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), da Sociedade de Economia Política (SEP), da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), além das versões regionais destes eventos;

4. A participação de professores em fóruns de debate, associações e sociedades científicas dentre elas: participação na Diretoria Regional Nordeste da SOBER 2015-2017 (Eliane Pinheiro de Sousa), representação na Rede Brasileira de Estudos Sobre Cidades Médias (REDBCM) (Francisco do O' de Lima Júnior); membro da Diretoria da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), gestão 2017-2018 (Silvana Nunes de Queiroz);
5. Integração em Grupos de Pesquisas, Observatórios e Laboratórios institucionalizados no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, seja no Curso, em outros cursos da URCA e também em outras instituições. Atualmente o Curso possui 07 Grupos de Pesquisa institucionalizados junto ao Diretório, que tem atuação decisiva de docentes que estarão no programa, sendo eles:
 - a. O Observatório das Migrações do Estado Ceará, líder Profa. Silvana Nunes de Queiroz;
 - b. O Grupo de Pesquisa em Territorialidades Econômicas e Desenvolvimento Regional e Urbano (GETEDRU), líder Prof. Francisco do O' de Lima Júnior;
 - c. O Laboratório de Estudos Interdisciplinares em Meio Ambiente, Território, Trabalho e Sustentabilidade (MATTAS), líderes Profa. Christiane Luci Bezerra Alves e Profa. Valéria Feitosa Pinheiro;
 - d. O Grupo de Pesquisa em Instituições, Processos Econômicos e Desenvolvimento, líder prof. José Micaelson Lacerda Moraes;
 - e. O Laboratório de Estudos Rurais do Ceará (LERC), líderes Profa. Maria Messias Ferreira Lima e Profa. Ana Josicleide Maia (Departamento de Matemática e Estatística da URCA);
 - f. O Laboratório de Estudos Avançados em Economia Contemporânea Aplicada (LAEC), líder Prof. Luís Abel da Silva Filho;
 - g. O Grupo de Estudos em Negócios Urbanos e Rurais (GENUR), sob a liderança da Profa. Maria Jeanne Gonzaga de Paiva;
6. A realização de cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* ao longo dos últimos 10 (dez) anos, com as turmas: Desenvolvimento Regional, Administração Financeira, Gestão Financeira e Consultoria Empresarial, Administração cujos trabalhos de conclusão, mobilizando importante esforço de pesquisa, resultaram em publicações em livros e anais de eventos;
7. A publicação da coletânea de livros denominada "Economia: 50 Anos" contendo três volumes com produção docente selecionada para tanto, juntamente com alunos pesquisadores, e que foi parte das ações comemorativas dos 50 (cinquenta) anos do curso em 2011;
8. A realização de uma série de eventos, dentre eles: i) o Colóquio de Economia, Sociedade e Políticas Públicas (CEURCA), já na sua sexta versão realizada em 2017, que se destaca como um importante evento de caráter regional no campo da Economia Regional e das Políticas Públicas e cujo público é proveniente de instituições e órgãos de ensino e pesquisa não só do Nordeste mas de outras regiões do Brasil. Nas duas últimas versões do evento, os dez melhores trabalhos julgados pela Comissão Científica do evento constituíram na publicação de livro; ii) a Semana Acadêmica de Ciências Econômicas, na sua décima sexta versão, promovida pelos estudantes da graduação em conjunto com os docentes do Curso e que também se constitui num fórum de debate e divulgação da pesquisa científica do público da graduação; iii) o I Simpósio do Observatório das Migrações do Estado do Ceará; iv) Realização da V SOBER Regional Nordeste em 2010;
9. O avanço na qualificação docente em nível de doutorado fazendo com que atualmente dos 31 (trinta e um) professores, 19 (dezenove) sejam doutores e 5 (cinco) estejam em etapas já

avançadas de qualificação em doutorado. Dos 19 doutores, 02 (dois) já realizaram estágio de pós-doutorado e mais 02 (dois) atualmente realizam tal estágio;

10. A expansão dos instrumentos de pesquisa permitidos pela concorrência e aprovação de projetos em editais de concorrência pública no âmbito de órgãos de fomento à pesquisa, principalmente CNPq e FUNCAP;

11. As estratégias desenvolvidas pela FUNCAP, no avanço da interiorização de suas ações, com editais e linhas de bolsas específicas para tanto, favorece não somente os professores do Curso de Economia mas de toda a Universidade. Estão em vigor: o Programa de Bolsas de Produtividade em Pesquisa, Estímulo à Interiorização e Inovação Tecnológica (BPI); o Programa PIBIC/FUNCAP; Bolsas de Pós-graduação beneficiando todos os estudantes de Mestrado e Doutorado acadêmicos nos cursos *Stricto Sensu* da URCA

Estes componentes perfazem o perfil de um quadro voltado para a pesquisa como um dos grandes fundamentos do curso que foi estabelecido estrategicamente como suporte planejado para implantação da Pós-graduação *Stricto Sensu* através do Mestrado em Economia Regional e Urbana, ora pleiteado pela presente proposta de APCN.

2.3. O corpo docente do PPGERU

O quadro docente do PPGERU, composto de 8 (oito) professores é predominantemente do Departamento de Economia, extraído do conjunto apresentado acima, seguindo critérios de produtividade. Reúne pesquisadores que atendem de forma ampla todas as condições de submissão: possuem profunda experiência conjunta na própria Instituição, atuam há um bom tempo no ensino superior e na pesquisa e, tem boa diversificação nos seus perfis e tempos de formação. São eles::

- a. Ahmad Saeed Khan, Professor Visitante Bolsista FUNCAP, Doutorado em Economia Agrícola e Recursos Naturais (Oregon State University); Mestrado em Economia (Colorado State University) e Agronomia - West Pakistan Agricultural University;
- b. Eliane Pinheiro de Sousa, Pós-doutorado em Economia Aplicada (ESALQ/USP); Doutorado em Economia (UFV – MG); Mestrado em Economia Rural;
- c. Francisco do O' de Lima Júnior, Pós-doutorando em Desenvolvimento Econômico (UNICAMP), Doutorado em Desenvolvimento Econômico (UNICAMP); Mestrado em Economia (UFU);
- d. Luís Abel da Silva Filho, Doutorado em Economia (UNICAMP); Mestrado em Economia (PPGECO-UFRN);
- e. Silvana Nunes de Queiroz, Pós-doutorado em Demografia (UFRN); Doutorado em Demografia (UNICAMP); Mestrado em Economia (UFPB);
- f. Wellington Ribeiro Justo, Doutorado em Economia (PIMES/UFPE); Mestrado em Economia Rural (UFC);

O Corpo Docente do Programa conta ainda com a participação de dois professores externos, convidados de outras instituições do Nordeste e por desenvolver há muito tempo parcerias em pesquisa e outras atividades conjuntas:

- g. Jorge Luiz Mariano da Silva, Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com Doutorado em Economia (PIMES/UFPE); Mestrado em Economia (PIMES/UFPE);
- h. Leonardo Andrade Rocha, da Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA Campus Mossoró/RN), com Doutorado em Desenvolvimento Econômico (UNICAMP); Mestrado em Economia Rural (UFC).

A descrição do perfil, atividades, grupos de pesquisa a que estão vinculados e seus projetos está inserida nas Características do Departamento de Ciências Econômicas da URCA.

4. Aspectos da demanda a ser atendida.

O público alvo do PPGERU será os egressos de cursos de Ciências Econômicas e áreas afins aos estudos da Economia Regional e Urbana como Administração, Geografia, Ciências Sociais, Engenharia de Produção, além de profissionais que atuam nos diferentes níveis e modalidades de educação superior (bacharéis, tecnólogos ou licenciados), de interesse nos estudos das dinâmicas econômicas regionais e urbanas, com destaque para o Cariri e o Nordeste Brasileiro.

A criação do PPGERU permitirá o acesso à formação de Pós-graduação *Stricto Sensu* para pessoas residentes em toda a área que compõe o raio de atuação da URCA, bem como outros espaços da Região Nordeste que no seu interior conta apenas com duas Pós-graduações em nível de Mestrado na área de Economia, que são o Programa de Pós-graduação em Economia da UFPE (PPGECON) do Centro Acadêmico do Agreste em Caruaru/PE e o Mestrado em Economia Aplicada da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, em Mossoró/RN. Ambos com distância superior a 400km de distância do PPGERU.

O PPGERU vem somar esforços no sentido da interiorização da qualificação profissional em Economia na Região, onde existe um forte demanda dada não somente pelo público formado pelas graduações existentes, mas pelas próprias necessidades da economia regional. Excluindo os cursos de Graduação em Ciências Econômicas localizados nas capitais nordestinas, o Nordeste interiorano dispõe hoje de 14 (quatorze) Cursos de Graduação em Ciências Econômicas havendo portanto um descompasso entre o número de cursos de graduação e os de Pós-graduação, principalmente no que se refere aos de localização mais interiorana e mesmo considerando a Região como um todo. Na totalidade da Região, são 39 (trinta e nove) cursos de graduação e somente 10 (dez) Programas de Pós-graduação *Stricto Sensu*¹ na área.

Cooperação e intercâmbio

O corpo docente do PPGERU possui cooperações acadêmicas nacionais e internacionais, materializadas por meio de parcerias e relações, formais e informais, e intercâmbios com várias universidades, além de ter uma atuação ativa em sociedades científicas.

No âmbito das parcerias em Grupos de Pesquisa, atualmente, os docentes do PPGERU tem atuação em pesquisas científicas em diferentes IES do Brasil e do exterior conforme especificado a seguir:

1. Atuação em Grupos de Pesquisa de outras IES no Brasil:

- a. Da Profa. Eliane Pinheiro de Sousa, junto ao Grupo de Pesquisa Comercialização, Mercados e Economia Florestal, da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), que tem como líderes a Profa. Naisy Silva Soares; e no Núcleo de Estudos sobre Economia Aplicada, Pobreza e Desenvolvimento, da Universidade Federal do Ceará (UFC), liderado pelo Prof. Jair Andrade de Araújo e pela Profa. Patrícia Verônica Pinheiro Sales Lima;
- b. Do Professor Francisco do O' de Lima Júnior, junto ao Grupo de Estudos sobre Transformações Econômicas Regionais e Dinâmica Territorial, do Centro de Estudos do Desenvolvimento Econômico (CEDE/IE) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) que tem por líder o Prof. Fernando Cezar de Macedo Mota; e junto ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Economia, Cultura e Território (GEPCT), do Curso de Economia da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN) cujo líder é a Profa. Vanuza Maria Pontes Sena;

¹ Excluídos os Programas de áreas afins como Desenvolvimento Regional, Desenvolvimento Sustentável, Planejamento Territorial e mesmo os mais próximos à área de Economia, não obstante serem submetidos ao Comitê de Área Interdisciplinar da CAPES. A fonte da informação do número de Cursos de Graduação é a Associação Nacional de Cursos de Graduação em Ciências Econômicas (ANGE)

- c. Da Profa. Silvana Nunes de Queiroz, junto ao Grupo de Pesquisa em População, Trabalho e Sociedade, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), que tem por líderes o Prof. Cláudio Salvadori Dedecca e a Profa. Lília Terezinha Montali; e do Grupo de Pesquisa em Teorias e Métodos de Análise de Mobilidade Populacional, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), cujo líder é o Prof. Alisson Flavio Barbieri;
 - d. Do Prof. Wellington Ribeiro Justo, junto a Núcleo de Economia Regional e Urbana, (NERU) do Programa de Pós-graduação em Economia (PIMES/UFPE), liderados pelo Prof. Raul da Mota Silveira Neto e pela Profa. Roberta de Moraes Rocha. Deste Núcleo de Pesquisa fazem parte importantes pesquisadores em Economia Regional e Urbana do Brasil como o caso do Prof. Carlos Roberto Azzoni, professor da FEA-USP.
2. Participação em Grupos de Pesquisa de outras IES no exterior, a saber a participação do Prof. Francisco do O' de Lima Júnior como Pesquisador Visitante do Grupo de Trabalho e Pesquisas em Desenvolvimento Regional e Sustentável (Arbeitsgruppe Entwicklungs-und Nachhaltigkeitsforschung – AGEF), no Instituto de Geografia da Universidade de Innsbruck, Áustria. O AGEF desenvolve um conjunto de pesquisas sobre temáticas da economia e geografia regionais e urbanas da América Latina e do Brasil em particular, em rede com outras IES brasileiras e argentinas, recebendo desde 2009 alunos de Pós-graduação para Estágio Doutoral e também para realização de pesquisas conjuntas. O referido professor também é membro como professor pesquisador da Cátedra UNESCO Geoparks, Sustainable Regional Development and Healthy Lifestyles (Geoparques, Desenvolvimento Regional Sustentável e Estilos de Vida Saudáveis) do Programa de Cátedras e Rede UNITWIN da UNESCO, na Universidade de Trás-os-Montes e Alto douro (UTAD), Portugal;
3. Realização de parcerias internacionais a partir da estadia de professores em outras instituições para cumprimento de estágios doutorais como a Profa. Silvana Nunes de Queiroz e sua estadia no Curso de Demografia da Universidad Nacional de Córdoba, Argentina, e o Prof. Francisco do O' de Lima Júnior no Instituto de Geografia da Universidade de Innsbruck, Áustria, supervisionado pelo Prof. PhD Martin Coy. Estes estágios estabeleceram redes internacionalizadas para pesquisas em conjunto. Em setembro de 2014 a URCA, através do Curso de Ciências Econômicas e do conjunto de professores do PPGERU receberam a missão de 33 (trinta e três) estudantes pesquisadores da Universidade de Innsbruck para pesquisa de campo na Região do Cariri, em articulação com as Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Federal do Pernambuco (UFPE), a Universidade Federal Fluminense (UFF);
4. Uma importante parceria efetivada por professores do PPGERU é a sua participação como Docentes Permanentes em Programas de Pós-graduações de outras IES. Dentre estes, o Prof. Wellington Ribeiro Justo no Mestrado do Programa de Pós-graduação em Economia da UFPE (PPGECON), do Centro Acadêmico do Agreste, em Caruaru/PE e o Prof. Francisco do O' de Lima Júnior, no Mestrado do Programa de Pós-graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais do Semiárido (PLANDITES), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Campus de Pau dos Ferros. Este corpo tem ainda experiência pretérita em outros programas, embora não estejam mais credenciados. Estas participações foram estratégicas na elaboração do PPGERU, tendo em vista que para o seu planejamento permitiu *know how* do ponto de vista das normatizações de um Programa de acordo com as regras estabelecidas pela CAPES, experiência em oferta de disciplinas em nível de Mestrado e orientação de dissertações.

Conforme já mencionado no item Características do Curso de Ciências Econômicas da URCA, os professores credenciados no PPGERU participam de forma dinâmica e atuante em entidades e sociedades científicas, seja como membros de diretorias e afiliados, a exemplo da Sociedade Brasileira de Economia, Sociologia e Administração Rural (SOBER), da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP), da Rede Brasileira de Estudos Sobre Cidades Médias (REDBCM); da Sociedade Latinoamericana de Economia Política (SEPLA), da Sociedade Brasileira de Econometria

(SBE). Esta participação, além dos produtos resultados de pesquisas desenvolvidas canaliza formação de redes de pesquisa e presença constante em eventos destas agremiações e sociedades e de outras como os Congressos e Encontros da SOBER, da ANPEC, da ANPUR, da SEP, da ABEP, da ABET, da SBPC.

No tocante à consolidação de redes de pesquisas, as publicações dos livros resultado das atividades de pesquisa e eventos do Curso tiveram participação de pesquisadores importantes prefaciando as obras como a Profa. Dra. Tânia Barcelar de Araújo (UFPE), o Prof. Fernando Cezar de Macedo Mota (IE/UNICAMP) e a Profa. Liana Carleial (UFPR). Nestas redes de cooperação destaca-se recentemente o Convênio celebrado entre a URCA e o PPGE-UFF que tem como objetivo capacitar 17 novos doutores em Economia através do DINTER URCA-PPGE/UFF, financiado pela FUNCAP.

No campo da cooperação e dos processos de internacionalização, o Curso de Ciências Econômicas, e portanto o PPGERU, estão inseridos na estratégia de ações implantadas pela URCA em seu conjunto através da Assessoria de Relações Internacionais e Mobilidade (ARIM), órgão da Universidade diretamente ligado ao Gabinete da Reitoria. A ARIM vem ao longo dos últimos anos, imprimindo esforços para sua internacionalização como parte de suas estratégias de fortalecimento e consolidação enquanto uma Instituição da IES referenciada tanto no contexto regional quanto em âmbito nacional e internacional.

A primeira iniciativa voltada à internacionalização começou a partir do Programa Ciências Sem Fronteiras (CSF) implantado pelo Governo Federal e que em sua primeira versão destinou cota de bolsas para as universidades federais, estaduais, municipais e particulares. No ano de 2012, a URCA foi contemplada com seis bolsas desse Programa e, atendendo aos critérios e exigências do CNPq, enviou seus primeiros estudantes para mobilidade internacional na Universidade de Bolonha na Itália para as áreas de Artes e Ciências Biológicas e da Saúde. Nos anos posteriores a mudança no Programa passou ter um foco maior para estudantes das áreas das Ciências Exatas e da Natureza.

Em 2013 a URCA fez acordo para mobilidade e cooperação internacional com a Universidade do Porto (UP/Portugal), que resultou na sua inserção como parceira no Programa Euro Brazilian Windows + formado por um consórcio entre dez universidades brasileiras e dez universidades européias com a coordenação da Universidade do Porto e vice-coordenação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A partir de 2015 foram oferecidas bolsas de mobilidade para estudantes, professores e técnico-administrativos para Graduação Sanduíche, Doutorado, Doutorado Sanduíche, Pós-doutorado e missão de trabalho, com recursos da União Europeia e com diferentes períodos de mobilidade. A primeira edição do EBW+ a URCA enviou estudantes para intercâmbio internacional nas Universidades do Porto, Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) em Portugal e Uppsala Universitet na Suécia. Atualmente estudantes desta IES realizam intercâmbio em instituições francesas através do Programa BRAFITEC-CAPIES, também da plataforma Ciência Sem Fronteira.

Outras iniciativas e estratégias voltadas para a mobilidade e cooperação internacional foram implementadas com a inserção da URCA como membro da Associação Brasileira de Educação Internacional (FAUBAI), o que tem assegurado à URCA acompanhar e estabelecer parcerias com universidades e redes de universidades de diferentes contextos culturais na América Latina, América do Norte, Europa, África e Oceania.

A URCA como uma das universidades estaduais do país é membro da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (ABRUEM) e como membro participa do Programa de Mobilidade Internacional do Santander Universidades (Programa de Bolsas Ibero-Americanas) com envio de estudantes para a Universidade do Porto e Universidade de Évora.

Ainda em 2015 a URCA iniciou parceria para constituição de consórcio entre universidades brasileiras e francesas, a partir do Programa BRAFITEC/CAPIES destinado a estudantes da área das Engenharias. Para o BRAFITEC a URCA integra o consórcio com a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), o programa segue sua terceira edição em 2018.

Como instituição parceira do Programa EBW+ a URCA teve estudantes selecionados na segunda edição/2016 para universidades na França e sendo ainda contemplada para outras universidades do consórcio das dez universidades europeias (Universidade do Porto, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Universidade Politécnica de Valencia, Universidade Politécnica de Dresden, Universidade de Rouen, Universidade de Lille, Universidade La Sapienza, Universidade Politécnica da Letônia, Universidade de Malta e Universidade Uppsala). Ainda em 2017 foi lançada a terceira edição do Programa com foco para doutorado pleno na Europa.

Para o triênio 2016/2017/2018 a URCA assinou convênio ABRUEM/Santander para o Programa de Bolsas Ibero-Americanas com o objetivo de proporcionar a mobilidade de estudantes regularmente matriculados em cursos de Graduação das instituições associadas à ABRUEM para universidades no exterior (Argentina, Chile, Colômbia, Espanha, México, Portugal, Porto Rico, Uruguai).

Como já mencionado, no âmbito de sua internacionalização a URCA é gestora do Geopark Araripe, primeiro Geopark das Américas e pertence a Rede de Geoparks Global (GGN-UNESCO) e agora com Cátedra na UNESCO e a partir dessa iniciativa está sendo motivado o ingresso de professores em Programas de Doutorado vinculados à cátedra.

Em 2016, a URCA passou a ser centro aplicador do Inglês Sem Fronteiras e tem aplicado o Exame de Proficiência Toefl ITP para todos os seus alunos de Graduação e Pós-graduação. Outrossim, se qualificou como centro de idiomas do mesmo Programa e passará a ofertar proficiência em francês e espanhol. Além dessas iniciativas, o Departamento de Línguas e Literatura (DLL) mantém programa permanente de proficiência em inglês, francês e espanhol, para a comunidade interna e externa atendida pela URCA.

A Assessoria de Relações Internacionais e Mobilidade (ARIM) da URCA, criou seu Comitê de Internacionalização e Mobilidade constituído por professores com experiência internacional de diferentes áreas do conhecimento objetivando que este comitê seja articulador, proponente e avaliador de propostas de mobilidade e cooperação internacional, assim como, possa representar a URCA em diferentes demandas que as ações de internacionalização requerem. Um dos professores do PPGERU compõe o Comitê de Internacionalização, ocupando a representação do Centro de Estudos Sociais Aplicados (CESA), ao qual está vinculado o Curso de Ciências Econômicas e o Departamento de Economia.

A implantação do PPGERU fortalecerá ainda mais intercâmbios e parcerias nacionais, internacionais que possibilitarão a indução de maior produção de conhecimentos na área de forma coletiva e plural, bem como será propiciado à realização de eventos e publicações articuladas com a área de concentração e as linhas de pesquisa desta proposta.

Laboratórios e Infraestrutura

O PPGERU irá dispor de infraestrutura adequada de funcionamento (salas de aula climatizadas e sala para Secretaria e Coordenação), além de algumas estruturas como o laboratório de informática do Curso de Ciências Econômicas, o laboratório de informática do Campus do Pimenta, o espaço do Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas (CEPEC) e seu anexo com sala de estudos e orientações, laboratórios de uso compartilhado com outros cursos da URCA, auditório e outras salas de aula do campus do Pimenta da URCA, conforme descrição a seguir:

1. Laboratório de informática do Curso de Ciências Econômicas, com disponibilidade de 16 computadores, tela interativa e recursos audiovisuais. O laboratório se destinará ao uso em disciplinas que requerem manuseio de softwares estatísticos e econométricos, para consultas e pesquisas acadêmicas dos mestrandos e professores;
2. O Laboratório de Cartografia e Geoprocessamento Aplicados (LAGEO), vinculado ao Departamento de Geociências da URCA, com seu uso compartilhado com as atividades deste departamento. Esta estrutura será para uso no suporte para trabalhos que exigem geoprocessamentos, mapeamentos e atividades afins;

3. Equipamentos, Auditório e infraestruturas do Escritório Sede do Geopark Araripe, localizado também no Campus do Pimenta e com disponibilidade para 70 pessoas. Nos instrumentos do Geopark Araripe disponíveis para o uso do PPGERU estão ainda equipamentos de cartografia para mapeamento de atividades econômicas e a sala de Comissão de Pesquisa do Geopark;
4. Salas de aula climatizadas, sala de estudo e sala da Coordenação e Secretaria, junto no Bloco do Curso de Ciências Econômicas;

Biblioteca

O Curso de Ciências Econômicas é atendido pela Biblioteca Central da URCA, que possui um acervo de 45.338 (quarenta e cinco mil, trezentos e trinta e oito) títulos de livros sendo cerca de 1.000 (mil) em Economia e áreas afins. Um importante componente disponibilizado é o Acesso Remoto ao Portal de Periódicos da CAPES, permitindo acessar a 9 (nove) mil bases e 11(onze) mil periódicos científicos, em parceria com a Federação da Comunidade Acadêmica Federada (CAFe). A agilidade do intermédio via Federação CAFe decorre do fato de serem utilizadas tecnologias e sistemas que protegem a privacidade de acesso e de informações em consórcios com bibliotecas das melhores instituições de pesquisa do mundo.

A Biblioteca dispõe de terminais de computadores ligados à internet, permitindo este acesso a periódicos eletrônicos e/ou portais de pesquisa on-line, como os da CAPES, Domínio Público, Bibliotecas Virtuais, um amplo espaço de estudo para atividades de leitura, sendo todas as atividades da Biblioteca coordenadas por uma equipe de bibliotecários. Recentemente este acervo foi ampliado com a garantia de aquisição (compra) dos livros solicitados pelos docentes, o que tem oportunizado uma atualização permanente do Setor. É um acervo de qualidade, de caráter multidisciplinar, que atende às demandas de leituras e pesquisas das linhas do PPGERU, com atualizações permanentes.

Financiamentos

O corpo docente do PPGERU possui experiência em projetos de pesquisa e extensão com captação de recursos financeiros em editais internos da IES e de entidades e órgãos financiadores externos. Esta experiência exitosa está expressa na boa participação destes docentes aprovando e coordenando projetos como:

1. Foram captados recursos tendo como fonte de financiamento o CNPq para o Projeto Observatório das Migrações do Estado do Ceará, Coordenado pela Profa. Silvana Nunes de Queiroz, através nas suas Etapas 1 e 2, no montante de R\$ 13.876,00, por intermédio dos Editais CNPq/MCTI Nos. 43/2013 e 25/2015, com abrangência para o período de dez/2013 a dez/2017;
2. Captação de recursos pelo Projeto “Impactos da formação espacial de preços na competitividade relativa das oleaginosas para produção de biocombustíveis no estado do Ceará”, sob a Coordenação da Profa. Eliane Pinheiro de Sousa, através do Edital No. 2/2010 da FUNCAP, com financiamento de R\$ 24.000,00.
3. Captação de recursos para financiamento de bolsas de pesquisa de três órgãos financiadores, a saber, CNPq, FUNCAP e PRPGP/URCA, no montante de R\$ 153.600,00 direcionados à manutenção de 16 (dezesseis) bolsas de IC ligadas à diversas pesquisas com concorrência por Edital interna da URCA, com vigência de 1 (um) ano a partir de maio de 2015, renovados anualmente desde então;

4. Recursos captados para o Projeto “Migração interestadual”, coordenado pelo Prof. Wellington Ribeiro Justo, com financiamento do CNPq, no valor de R\$ 7.978,39 para execução entre 2008 e 2010;
5. Recursos direcionados ao financiamento de Bolsas de Iniciação Científica para desenvolvimento dos Projetos “Geração que nem estuda nem trabalha: quem são os jovens nem nem residentes nas regiões Nordeste e Sudeste?” e “Migração e políticas sociais no semiárido setentrional: características sociodemográficas e fatores de atração/retenção”, captados junto ao CNPq e orientados pela Profa. Silvana Nunes de Queiroz;
6. Captação de recursos para pesquisa com projetos contemplados dos Professores Silvana Nunes de Queiroz e Ahmad Saeed Khan no Edital Universal CNPq (2018) com financiamento de R\$ 19.600,00, com vigência desde 2018;
7. Captação de recursos para pesquisa com projetos também contemplados de editais de financiamento do Programa Bolsa de Produtividade em Pesquisa, Estímulo à Interiorização e à Inovação Tecnológica (BPI/FUNCAP), dos Professores Eliane Pinheiro de Sousa e Wellington Ribeiro Justo com financiamento de R\$ 66.000,00.

Projetos de Pesquisa

PROJETO 1

Título: REGIÕES METROPOLITANAS NO INTERIOR DO NORDESTE (RMINEs) E CIDADES MÉDIAS: MIGRAÇÕES E DESLOCAMENTOS PENDULARES.

Responsável: Silvana Nunes de Queiroz

Objeto da Investigação

O objetivo principal desse projeto, aprovado no Edital Universal e financiado pelo CNPq, é analisar a mobilidade nas Regiões Metropolitanas no Interior do Nordeste (RMINEs) e Cidades Médias dessa região, a partir dos fluxos migratórios (longa, média e curta distância) e deslocamentos pendulares

Problematização/Justificativa

A Constituição Federal brasileira de 1988 passou atribuir aos Estados a competência para a instituição de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões (BRASIL, 1988). Com isso, assistiu-se à proliferação das mesmas pelo país que, em 2017, conta com 73 regiões metropolitanas, sendo que a região Nordeste lidera com 29. Ademais, usando a definição do IBGE que classifica como Cidades Médias aquela com população de 100.000 até 500.000 habitantes, o interior nordestino possui 30 cidades desse porte em 2010.

É importante frisar que um dos objetivos específicos é refletir sobre o critério adotado pelo IBGE para a divisão e/ou classificação de cidades médias, e propor uma tipologia para caracterizá-las de acordo com as características demográficas, econômicas e geográficas do Nordeste brasileiro. Este projeto foi aprovado através de Edital Universal e financiado pelo CNPq, o mesmo é desenvolvido pelo grupo de pesquisa Observatório das Migrações no Estado do Ceará (OMEC) em parceria com professores e pesquisadores de diversas IES e Órgãos de pesquisa no Brasil (URCA, UFRN, FUNDAJ, UECE, UNICAMP, UFABC, UFES).

Órgão de financiamento: CNPq

PROJETO 2

Título: IMPACTOS DOS PROJETOS PRODUTIVOS SÃO JOSÉ E PAULO FREIRE NA MIGRAÇÃO, OCUPAÇÃO, RENDA E QUALIDADE DE VIDA DAS FAMÍLIAS ASSISTIDAS NO SUL E CENTRO-SUL CEARENSE.

Responsável: Silvana Nunes de Queiroz

Objeto da Investigação

O objetivo é mensurar a geração de empregos, renda e a contribuição da agricultura familiar na economia (PIB) e, com isso, aferir se essas políticas públicas mantêm a população no campo e se houve melhora na qualidade de vida dos beneficiados pelos programas.

Problematização/Justificativa

Órgão de financiamento:

PROJETO 3

Título: DESIGUALDADES DE OPORTUNIDADES EDUCACIONAIS EM PERNAMBUCO: POSSÍVEIS IMPACTOS DA POLÍTICA ESTADUAL DE IMPLANTAÇÃO DE ESCOLAS DE ENSINO INTEGRAL NO GAP ENTRE AS ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS.

Responsável: Wellington Ribeiro Justo

Objeto da Investigação

O objetivo mensurar possíveis impactos da política de implantação de escolas de tempo integral na diminuição das desigualdades de oportunidades educacionais entre alunos do ensino médio com formação em escolas públicas de tempo integral e privadas em Pernambuco entre 2008 e 2017.

Problematização/Justificativa

Órgão de financiamento:

PROJETO 1

Título: MODELO ESPACIAL DINÂMICO DE CONVERGÊNCIA REGIONAL DE PRODUTIVIDADE E RENDA

Responsável: Wellington Ribeiro Justo

Objeto da Investigação:

Este trabalho busca identificar a trajetória da produtividade do trabalho e da renda *per capita* no Brasil por meio de modelos espaciais dinâmicos, fazendo uso, de forma pioneira para o caso brasileiro, desta metodologia e utilizando-se os microdados do Censo Demográfico de 1991, 2000 e 2010 que é a fonte de dados mais atualizada para informações em nível de municípios e de mesorregiões, assim como as PNAD's de 2002 a 2013 para os estados, capitais e regiões metropolitanas.

Problematização/Justificativa

Estudos têm mostrado a persistente desigualdade regional de renda no Brasil. Vários têm sido os instrumentais utilizados para tratar esta questão. Em geral a base teórica são os modelos de crescimento. Desta forma, os autores buscam ajustar modelos econométricos para testar a hipótese de convergência da renda com o intuito de verificar se no longo prazo cada unidade geográfica tratada converge para o seu estado estacionário. Neste sentido a literatura internacional e nacional tem evoluído na construção de modelos empíricos. Inicialmente foram estimados modelos de regressões múltiplas que evoluíram para modelos em painel de dados e em casos mais limitados com modelos de séries temporais. Posteriormente com o advento dos modelos da Nova Geografia Econômica surgiram os modelos de econometria espacial para testar a hipótese de convergência. Finalmente, os modelos mais recente são os modelos espaciais dinâmicos que corrigem uma série de distorções dos modelos anteriores.

Assim, estudos que possam identificar com mais precisão os padrões de desigualdade e a dinâmica das desigualdades regionais melhorando o conhecimento do sistema urbano no Brasil poderão respaldar políticas regionais que possam acelerar o processo de redução destas desigualdades entre as unidades da federação.

Aspectos Metodológicos:

A presente pesquisa utiliza a estimação de modelos espaciais dinâmicos. Abordar a questão de convergência da renda e da produtividade por meio de uma perspectiva espacial dinâmica permite apreender efeitos advindos de economias de localização ou de urbanização considerando aspectos temporais e geográficos. O caráter geográfico está relacionado com os *spillovers* espaciais dos agentes que vão se atenuando à medida que se distanciam. Por sua vez, o caráter temporal está relaciona à possibilidade de condições passadas estarem influenciando o nível atual da produtividade.

Repercussão:

Uma contribuição importante é testar a hipótese de convergência de renda e da produtividade do trabalho considerando os efeitos de vizinhança através de matrizes espaciais, porém, testando a robustez dos parâmetros estimados à luz de diversas matrizes e não, simplesmente dependendo da escolha *ad hoc* dos pesquisadores.

Também se avança na literatura brasileira de convergência, de forma pioneira, ao utilizar uma metodologia que permite testar esta hipótese eliminando os principais entraves neste tipo de estimação para o caso brasileiro; quais sejam a escolha *ad hoc* do pesquisador para o período analisado o que limita a análise a depender do nível geográfico pretendido. Para dados municipais, por exemplo, fica limitado aos anos censitários com um agravante que é a criação de municípios

entre os períodos forçando o pesquisador a fazer algumas manipulações para que a análise seja possível. Esta solução pode levar a problemas aos valores dos parâmetros encontrados.

Finalmente, a utilização de uma metodologia pioneira para o caso brasileiro permite ao mesmo tempo considerar os efeitos espaciais de vizinhança nas estimações de convergência de renda e produtividade e concomitantemente analisar a dinâmica da convergência sem depender da escolha *ad hoc* do período a ser analisado pelo pesquisador a despeito do nível de agregação geográfico. Neste caso, outra contribuição é testar a hipótese de convergência entre vários níveis geográficos: entre municípios, mesorregiões e estados.

Órgão de Financiamento: CNPq

PROJETO 2

Título: RETORNO DE CAPITAL HUMANO NO PERÍODO 2003-2012: EVIDÊNCIAS A PARTIR DE REGRESSÕES QUANTÍLICAS COM DADOS EM PAINEL

Responsável: Wellington Ribeiro Justo

Objeto da Investigação:

Estimar as taxas de retorno do capital humano durante o período de intensa aplicação de políticas sociais no Brasil no período 2003-2012.

Objetivos Específicos

Apresentar aspectos teóricos sobre o capital humano

Descrever o perfil do capital humano no Brasil no período analisado

Analisar as diferenças salariais entre o setor agrícola e os demais setores da economia.

Fazer uma análise contra factual considerando que os níveis médios de capital humano e outras características individuais tivessem permanecido inalteradas ao longo dos anos

Problematização/Justificativa

Dentro desta última perspectiva, este artigo procura avançar em termos da literatura preenchendo algumas lacunas, quais sejam: trabalhar com dados mais recentes, acrescentar variáveis importantes para controle do retorno ao capital humano, bem como comparar o retorno ao capital humano entre homens e mulheres e verificar o comportamento dos diferenciais de salários entre o setor agrícola e os demais setores da economia e trabalhar com regressões quantílicas com dados em painel. Este trabalho insere-se em uma preocupação teórica e empírica que consiste em analisar o impacto da política econômica dos governos Lula e Dilma no mercado de trabalho. Para consecução deste objetivo, estimar-se-ão regressões quantílicas de capital humano, para obter o retrato do impacto do capital humano em diferentes pontos da distribuição de salário no Brasil, fazendo uso da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD), referente aos anos de 2003 a 2012.

Aspectos Metodológicos:

Com o intuito de verificar a tendência do retorno do capital humano e testar a hipótese forte, far-se-á o uso do modelo adaptado de Arabsheibani, Carneiro e Henley (2003). Assume-se que o log do salário hora para indivíduos j , y_j , são determinados de acordo com a função Minceriana da seguinte forma:

$$y_j = a_0 + a_1 S_j + a_2 E_j + a_3 E_j^2 + a_4 S_j E_j + b' Z_j + u_j \quad (1)$$

onde S é anos de educação, E é anos de experiência, Z são outras variáveis socioeconômicas que afetam o salário, a_j e b são coeficientes e u é o termo de erro. A inclusão da interação entre anos de egresso

experiência sob a hipótese forte de seleção de acordo com Seguindo Koenker e Basset (1978) a regressão quantílica θ pode ser definida como a solução do problema:

$$\min_{\beta} \frac{1}{n} \left[\sum_{i: y_i \geq x_i' \beta} \theta |y_i - x_i' \beta| + \sum_{i: y_i < x_i' \beta} (1-\theta) |y_i - x_i' \beta| \right] = \min_{\beta} \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n \rho_{\theta}(u_{\theta i}) \quad (3)$$

onde $\rho_{\theta}(\cdot)$ é conhecido como função *check* definida como:

$$\rho_{\theta}(u_{\theta i}) = \begin{cases} \theta u_{\theta i} \text{ se } u_{\theta i} \geq 0 \\ (\theta - 1) u_{\theta i} \text{ se } u_{\theta i} < 0 \end{cases}$$

A estimação é pela minimização dos desvios ponderados absolutos e pode ser executado usando programação linear de acordo com Buchinsky (1998). Uma matriz de variância-covariância estimada para escolha do sistema de regressão quantílica é obtida usando o método de re-amostragem bootstrap através do programa Stata 11.2. Os coeficientes da regressão quantílica podem ser interpretados através da derivada parcial do quantil condicional com respeito a um regressor particular. Isso é igual à uma mudança marginal no θ th quantil condicional devido a uma mudança no regressor. É importante, contudo notar que uma amostra individual θ th pode não mais pertencer a um quantil de suas características medidas por uma mudança em um regressor particular. em Lee (1980). A hipótese será válida se $a_4 < 0$, e rejeitada se $a_4 \geq 0$.

Repercussão

Este projeto procura avançar em termos da literatura preenchendo algumas lacunas, quais sejam: trabalhar com dados mais recentes, acrescentar variáveis importantes para controle do retorno ao capital humano, bem como comparar o retorno ao capital humano entre homens e mulheres e verificar o comportamento dos diferenciais de salários entre o setor agrícola e os demais setores da economia e trabalhar com regressões quantílicas com dados em painel. Este trabalho insere-se em uma preocupação teórica e empírica que consiste em analisar o impacto da política econômica dos governos Lula e Dilma no mercado de trabalho. Para consecução deste objetivo, estimar-se-ão regressões quantílicas de capital humano, para obter o retrato do impacto do capital humano em diferentes pontos da distribuição de salário no Brasil, fazendo uso da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD), referente aos anos de 2003 a 2012.

Órgão de Financiamento: CNPq (Iniciação Científica)

PROJETO 3

Título: Desempenho Acadêmico e a Teoria do Prospecto: Estudo Empírico sobre o Comportamento na Tomada de Decisão

Responsável: Wellington Ribeiro Justo

Objeto da Investigação:

O objetivo deste estudo é avaliar se o desempenho acadêmico pode ser um fator que contribui para a menor susceptibilidade à influência de vieses cognitivos.

Objetivos Específicos

Identificar o perfil dos Alunos entrevistados

Identificar diferenças de comportamento entre o agente real e o agente modelado pelas finanças tradicionais nos quesitos de aversão ao risco sobre ganhos e propensão ao risco sobre perdas.

Explicar a racionalidade das decisões através da variável Desempenho Acadêmico incluindo um grupo de controle.

Problematização/Justificativa

Segundo Soares e Barbedo (2013) o mito de que investidores bem sucedidos no mercado de ações possuem uma inteligência diferenciada ou inata é uma questão que vem sendo alimentada pela

mídia através de reportagens, artigos de revistas, livros especializados e pela literatura. Entretanto, Kahneman e Tversky (1979) questionam a racionalidade nos investimentos, e sugerem que todos os investidores carregam características psicológicas e limitações que interferem nas suas decisões. No caso brasileiro, por exemplo, Araújo e Silva (2007) e Soares e Barbedo (2013) verificam empiricamente que, como diversas decisões estão permeadas por incertezas e complexidades, os agentes de sua amostra não conseguem avaliar de forma eficaz todas as variáveis contidas no processo. Cappellozza e Sanchez (2011) também evidenciam dissonâncias em decisões do setor de tecnologia.

O conceito de que os indivíduos são avessos ao risco sobre ganhos e propenso ao risco sobre perdas surgiu a partir da Teoria do Prospecto, com base no estudo seminal de dois psicólogos israelenses, Kahneman e Tversky. Os autores sugeriram que há diferenças relevantes entre o agente real e o agente modelado pelas finanças tradicionais. Kahneman e Tversky (1981) apontam que o julgamento intuitivo, utilizado pelos indivíduos em tomadas de decisões financeiras, pode ser influenciado por heurísticas, ilusões e vieses cognitivos, acarretando decisões equivocadas e não baseadas na racionalidade.

Aspectos Metodológicos:

Será estimado um modelo econométrico que utiliza, de forma pioneira nesta área de pesquisa, o propensity score matching (PSM). A base teórica é motivada pelos trabalhos seminais de Chevalier e Ellison (1999) e Gottesman e Morey (2006), que verificaram que o desempenho dos fundos de investimento é correlacionado com o resultado do gestor no exame SAT, GMAT ou com a sua classificação no programa de MBA.

A hipótese para incorporar um grupo de controle e o propensity score matching (PSM) é que Recentemente, Masood e Piranfar (2010) ratificaram esses resultados para o mercado turco, e Grinblatt *et al.* (2011) verificam que investidores com maior desempenho intelectual são menos sujeitos a vieses cognitivos. Dessa forma, a suposição em comum é que investidores com melhor desempenho acadêmico apresentam mais informação e, com isso, são menos propensos à tomada de decisão baseada em estruturas mentais.

Repercussão

Espera-se verificar se o desempenho acadêmico influencia o processo de tomada de decisão dos agentes frente a problemas que envolvam incerteza, ou seja, se à medida que o desempenho acadêmico se eleva, as escolhas se tornam mais racionais e menos suscetíveis aos vieses cognitivos.

Também se espera aprofundar a análise dos erros heurísticos cometidos por tais indivíduos ao manipular diretamente a variável racionalidade para o grupo experimental, expondo-lhe a Teoria da Utilidade Esperada antes de aplicar o questionário.

Órgão de Financiamento: FUNCAP (Bolsas)

PROJETO 4

Título: MIGRAÇÃO INTERESTADUAL E ENTRE AS CAPITAIS BRASILEIRAS NO PERÍODO 2002-2010: Contribuições dos novos modelos de econometria espacial e da nova geografia econômica.

Responsável: Wellington Ribeiro Justo

Objeto da Investigação:

O trabalho proposto pretende ampliar o conhecimento a respeito dos fluxos migratórios no Brasil a partir de três dimensões: determinantes dos fluxos migratórios, perfil dos migrantes e retornos à migração. De forma mais específica, pretende-se: i) A partir dos microdados das PNADs de 2002 a 2009, fornecer evidências a respeito dos determinantes da migração no Brasil. Também a partir dos microdados das referidas PNADs, pretende-se caracterizar o perfil socioeconômico (características

peçoais, produtivas e de ocupaço) do migrante interno brasileiro e possíeis alteraço) deste ao longo do tempo (2002 -2010). Pretende-se, também verificar os possíeis efeitos da elevaço de investimentos em políticas sociais do atual governo na migraço. Sempre considerando os microdados das recentes PNADs, pretende-se também estimar o retorno à migraço. A utilizaço dos microdados das recentes PNADs permite obter informações a respeito da Região Norte, o que não é possível quando se trabalha com dados das PNADs antigas, como em outros trabalhos

Problematizaço/Justificativa

Com dados da pesquisa do IBGE (IBGE, 2004), percebe-se, por exemplo, que a grande maioria dos municípios com crescimento populacional anual acima de 5,0% estavam no Estado de Mato Grosso, seguido do Pará e São Paulo. Por outro lado, pólos de perda populacional situavam em regiões como o extremo norte do Rio Grande do Sul, o oeste de Santa Catarina, em áreas próximas à fronteira com a Argentina, na área de influência da BR 156. Outra área contigua caracterizada pela perda populacional consitue-se nos municípios da parte central do Estado do Paraná, próximo à fronteira com o Paraguai, no eixo da BR 385 e, entre outras, um corredor formado por municípios dos Estados de Minas Gerais e Bahia, entre as BRs 101 e 116.

Desta forma, os dados apontam para a necessidade de considerar possíeis padrões de crescimento populacional e econômico condicionados ao efeito do comportamento populacional e econômico das unidades geográficas vizinhas.

Ainda com ênfase na exploraço de microdados das PNADs, outro aspecto passível de exploraço é a provisão eficiente de bens públicos com a migraço, levantada por Cussing e Poot (2004). Os migrantes parecem responder a diferenças de impostos e serviços públicos. Daí, estimativas empíricas de diferenças fiscais e infra-estrutura urbana conjuntamente com outras amenidades são raras na literatura. Tratando desta questão, mas com enfoque na discussão nos tipos de dados utilizados, Ezzet-Lofstrom (2004) apontam que estudos agregados de migraço bruta e líquida sugerem que as amenidades são importantes, contudo, há poucos estudos examinando a correlaço entre migraço e amenidades usando microdados. Com dados agregados para o Brasil, com enfoque no papel das amenidades nas disparidades regionais de renda, destaca-se, em caráter pioneiro, o trabalho de Silveira Neto e Azzoni (2004).

Os possíeis efeitos das amenidades na migraço têm sido explorados por vários pesquisadores usando dados agregados. Alperovich, Bergsman e Ehemann (1977), por exemplo, sugerem que o tamanho das cidades e das condições econômicas impactam na migraço bruta. Greenwood e Hunt (1989) encontraram impactos limitados das amenidades. Greenwood and Swettland (1972), Clark e Cosgrove (1991), Glaeser, Scheinkman e Shleifer (1995) averiguaram impactos na migraço ligados à qualidade de vida e no Brasil Rocha (2007) tem trabalhado nesta linha de pesquisa.

Aspectos Metodológicos:

Para atingir o primeiro objetivo do trabalho, a obtenço dos determinantes da migraço a dimensão espacial e as possíeis variaço) intertemporais, serão realizadas duas etapas. Primeiro, tratando dos determinantes da migraço, a dimensão espacial é levada a efeito uma vez que é razoável supor que o fluxo migratório para uma determinada microregião seja afetado pelo desempenho das referidas unidades geográficas que estejam próximas a eles. No caso específico de crescimento econômico, Magalhães et al. (2000), Silveira Neto (2001) encontraram evidências de dependência espacial entre os estados, quando considerada a questão da convergência de renda. A modelagem econométrica das relações espaciais entre unidades geográficas é tratada por meio da estimaç) de modelos econométricos considerando os efeitos de dependência espacial, mais especificamente, a autocorrelaço espacial e heterogeneidade espacial. Dada a natureza especial destes efeitos, estes podem ser tratados usando a metodologia desenvolvida no campo da econometria espacial. É estimada uma regressão que têm como variável dependente o saldo líquido migratório da unidade geográfica considerada para esta etapa, quais sejam, as microregiões (comparáveis segundo o IBGE).

Nesta nova fase da pesquisa serão estimados, de forma inédita para a literatura brasileira, modelos econométricos espaciais que permitem decompor o efeito espacial total em efeitos diretos e indiretos seguindo a recém lançada metodologia proposta por LeSage e Pace (2009)².

Repercussão

A pesquisa permitiu avançar na literatura da migração ao fazer um levantamento do perfil do migrante entre os estados brasileiros nos últimos dez anos. Com a construção desta matriz de migração foi possível, por exemplo, verificar que ao contrário do que mostra a literatura, o fluxo migratório da região Sul é positivo. Isto indica que enquanto os menores municípios da região Sul são emissores de migrantes os maiores municípios atraem. Mas, o fluxo é negativo porque a “força de emissão” dos menores municípios mais que compensa a “força de atração” dos maiores fazendo com que o fluxo total de migração da região Sul seja negativo.

Levantou-se, também, que a despeito de quaisquer níveis de agregação o nordeste brasileiro é a região que mais emite migrante.

Outro resultado não menos importante foi conseguir identificar quais os municípios que mais atraem e os que mais emitem migrantes bem como identificar, em parte, as causas destes fluxos.

Órgão de Financiamento: CNPq

PROJETO 5

Título: INOVAÇÃO PRODUTIVA E DESENVOLVIMENTO LOCAL NOS MUNICÍPIOS DO CEARÁ NO PERÍODO 1990-2010: UMA ABORDAGEM ESPACIAL

Responsável: Wellington Ribeiro Justo

Objeto da Investigação:

Buscar-se-á estimar um indicador de estrutura produtiva com potencial de inovação fazendo uso da econometria espacial, e avaliar seu efeito sobre o desenvolvimento dos municípios cearenses entre 1990 e 2010.

Objetivos Específicos:

Identificar um possível padrão espacial da estrutura produtiva com potencial de inovação nos municípios do Ceará;

Construir um indicador de estrutura produtiva para os municípios do Ceará no período analisado;

Identificar a dinâmica da estrutura produtiva com potencial de inovação nos municípios do Ceará;

Identificar possíveis efeitos da dinâmica produtiva do referido setor sobre o desenvolvimento dos municípios cearenses nas três últimas décadas

Problematização/Justificativa

O vetor resultante de forças centrífugas e centrípetas, exploradas pela nova geografia econômica, juntamente com mudanças na matriz energética e infraestrutura tem alterado o valor do custo de transporte. Por sua vez a elevação da produtividade agrícola no Brasil tem se juntado a este conjunto de forças e tem contribuído para uma maior mobilidade das atividades econômicas entre as regiões brasileiras. Isto tem possibilitado uma diminuição nos custos relativos de entrada e saída de empresas no mercado. Some-se a isto a “guerra fiscal” realizada pelos governos estaduais que tem ajudado a alterar o padrão produtivo e espacial da economia brasileira.

Para Fochezatto e Tartaruga (2012) essas transformações têm feito surgir novas estratégias de desenvolvimento planejado em níveis municipais onde o papel de atores locais juntamente com instituições com destaque para universidades (centro de pesquisas) atrelado a políticas federais e

² Os autores fazem sérias críticas à interpretação dos coeficientes nos modelos espaciais adotada na literatura e propõe outro tipo de modelo espacial.

estaduais tem aumentado a competitividade regional em alguns locais. Em síntese, estas abordagens associam a aglomeração econômica como condição necessária para o desenvolvimento regional e que a reestruturação produtiva de uma região com maior participação de atividades intensiva em tecnologia cria um ambiente de estímulo as inovações que são disseminadas em áreas próximas.

Neste contexto, no final da década de 1980 do século passado assumiu o Governador do Estado do Ceará que se intitulava governo das mudanças. Nesta perspectiva foi adotada uma série de mudanças em termos de gestão pública tendo recebido reconhecimento por diversas instituições nacionais e internacionais. A partir de então foi implantado um programa de incentivos fiscais de forma a tentar descentralizar o desenvolvimento, até então bastante concentrado na região metropolitana de Fortaleza, para todas as áreas do estado.

Assim, foram criadas leis de incentivos que concediam redução do ICMS para novos investimentos que se instalassem no estado. Estes incentivos se elevam inversamente com a distância. Passadas algumas décadas, a despeito dos governos que sucederam manterem os mesmos incentivos fica a indagação de que forma, na prática, esta política conseguiu um efeito de *spillovers* e fez o desenvolvimento descentralizar-se entre os municípios do estado. Por outro lado, sabe-se que a questão fiscal não é a única variável na decisão de alocação dos investimentos. A distância de centros consumidores também é relevante. Não obstante, a partir do governo LULA implantou-se a política de conceder aumentos reais do salário mínimo o que tem impacto nas decisões dos investimentos que analisam a possibilidade de se instalarem no estado haja vista a elevação dos custos. Outro aspecto relevante é a política cambial que para empresas exportadoras não tem sido muito favorável nos últimos anos.

Finalmente as empresas vêm sentindo o impacto da crise financeira internacional que teve seu momento de maior agravamento a partir de 2009. Assim, este trabalho procura identificar possíveis efeitos novos paradigmas produtivos baseados na inovação e do processo de globalização na economia dos municípios do estado do Ceará.

Aspectos Metodológicos:

Para identificar o padrão espacial entre o indicador de estrutura produtiva com potencial de inovação e outros indicadores relacionados com o desenvolvimento local, faz-se uso da econometria espacial. A Análise da autocorrelação espacial tem o propósito mostrar se o valor de um determinado indicador está correlacionado com a sua localização nas unidades espaciais estudadas, neste caso, os municípios. Dito de outra forma, ela procura identificar um padrão espacial deste indicador. Quando há semelhanças no comportamento dos indicadores entre as unidades espaciais vizinhas há indícios de que possa haver autocorrelação espacial positiva. No caso de comportamentos diferentes pode haver autocorrelação negativa. Por fim, no caso de não haver um comportamento definido, não deve haver autocorrelação espacial. Assim, a distribuição espacial da variável de interesse é aleatória e a estimação de modelos sem efeito espacial não apresenta problema de viés e inconsistência dos estimadores.

De acordo com Justo (2012), os estimadores de MQO podem ser afetados pela omissão de autocorrelação espacial. Se o processo gerador da autocorrelação espacial dos resíduos for autorregressivo, os estimadores de MQO são não-viesados, mas não eficientes. A inferência estatística, então é viesada neste caso. Já se eles são devido à omissão da autocorrelação espacial das variáveis, os estimadores de MQO são viesados.

Segundo Justo (2012) a autocorrelação espacial, também conhecida como dependência espacial, interação espacial ou interação local é definida como uma medida de similaridade entre dois valores de um atributo que estão próximos espacialmente. De acordo com Pacheco and Tirrel (2002) a autocorrelação espacial pode ser mensurada por vários índices entre os quais o mais conhecido é o I de Moran que mede o grau de associação linear entre um atributo (y) em um dado local e a média ponderada dos atributos nas locações vizinhas (Wy) e pode ser interpretada como a inclinação da regressão de (y) em (Wy). A autocorrelação espacial pode ser visualmente ilustrada em um gráfico em que (Wy) é plotado no eixo vertical e (y) no eixo horizontal.

Repercussão

Esta pesquisa busca contribuir para a literatura ao incorporar os efeitos espaciais, utilizar uma fonte de dados bastante atualizada e ao fazer uma análise com um período de tempo considerável para a temática onde será possível captar possíveis mudanças ao longo das três últimas décadas dos possíveis efeitos aglomerativos de empresas do setor de inovação no desenvolvimento dos municípios cearenses.

Órgão de Financiamento: FUNCAP (Iniciação Científica)

PROJETO 6

Título: MODELO ESPACIAL DINÂMICO DE CONVERGÊNCIA REGIONAL DE PRODUTIVIDADE E RENDA

Responsável: Wellington Ribeiro Justo

Objeto da Investigação:

O objetivo geral desta pesquisa é identificar a trajetória da produtividade do trabalho e da renda *per capita* no Brasil por meio de modelos espaciais dinâmicos.

De forma específica pretende-se:

Estimar a convergência da produtividade do trabalho e da renda entre vários níveis de unidades geográficas: municípios; mesorregiões e entre os estados brasileiros;

Identificar o padrão espacial mais adequado para testar a hipótese de convergência da produtividade e da renda *per capita* considerando diversas matrizes espaciais utilizadas na literatura de econometria espacial para identificar se os resultados independem ou são condicionados ao tipo de matriz espacial utilizada;

Testar a robustez dos parâmetros de convergência da renda *per capita* e da produtividade do trabalho entre municípios, mesorregiões e estados considerando diversos tipos de matrizes espaciais;

Verificar quais variáveis são correlacionadas com as taxas de crescimento das unidades geográficas tratadas.

Problematização/Justificativa

No Caso brasileiro, em especial, quando se trata de convergência entre municípios, há uma agravante que é a limitação aos períodos censitários. Outra questão relevante é que estes estudos requerem longos períodos para que as estimações sejam mais robustas. Acontece que no caso brasileiro isto torna mais difícil os estudos tendo em vista a instabilidade entre o número de municípios entre os censos, dada a criação de novos municípios. Assim, os pesquisadores necessitam fazer algum reagrupamento para que os dados sejam comparáveis. Outra alternativa ainda mais complicada e que também pode distorcer os resultados é eliminar municípios novos da análise.

Desta forma, estudos que permitam testar a hipótese de convergência sem condicionar os resultados ao período escolhido *ad hoc* ou pela limitação de dados municipais comparáveis poderão contribuir para a literatura do tema assim como para os tomadores de decisão na elaboração de políticas regionais.

Nesse sentido, este estudo busca avançar na literatura nacional ao testar a hipótese de convergência não somente da variável tradicional: a renda *per capita*, mas também na convergência da produtividade utilizando-se de um arcabouço empírico pioneiro para o caso brasileiro que resolve a questão da escolha *ad hoc* do pesquisador e da eventual criação de municípios entre os períodos analisados. Além disto, utilizar-se-ão os microdados do Censo Demográfico de 2010 recentemente disponibilizados pelo IBGE e, portanto, a mais recente fonte de dados com informações municipais e de mesorregiões disponível para o Brasil.

Aspectos Metodológicos:

A pesquisa faz uso da Econometria espacial. Os modelos mais recentes são os modelos espaciais dinâmicos que corrigem uma série de distorções dos modelos anteriores. Este trabalho busca identificar a trajetória da produtividade do trabalho e da renda *per capita* no Brasil por meio de modelos espaciais dinâmicos, fazendo uso, de forma pioneira para o caso brasileiro, desta metodologia e utilizando-se os microdados do Censo Demográfico de 2010 que é a fonte de dados mais atualizada para informações em nível de municípios e de mesorregiões.

Repercussão

Este trabalho pretende contribuir na literatura da convergência ao incorporar na análise não somente a tradicional convergência de renda, mas também a convergência da produtividade do trabalho. Acrescente-se que serão utilizados os microdados censitários de 2010 recentemente divulgados pelo IBGE que é a base de dados mais recente para estudos em nível de municípios brasileiros. Desta forma, os resultados serão pioneiros para o caso brasileiro com esta base de dados.

Outra contribuição importante é testar a hipótese de convergência de renda e da produtividade do trabalho considerando os efeitos de vizinhança através de matrizes espaciais, porém, testando a robustez dos parâmetros estimados à luz de diversas matrizes e não, simplesmente dependendo da escolha *ad hoc* dos pesquisadores.

Órgão de Financiamento: BPI - FUNCAP

PROJETO 7

TERRITORIALIDADES ECONÔMICAS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL URBANO: Cidades médias, Desenvolvidos Urbanos, Divisão Espacial do Trabalho, Urbanização e Esvaziamento Rural no Semiárido Brasileiro. Ano Início: 2014

Responsáveis

Prof. Dr. Francisco do O' de Lima Júnior (Coordenador)

Profa. Dra. Joseney Rodrigues de Queiroz Dantas (UERN)

Objeto de investigação

O movimento de reconfiguração territorial a partir das macro transformações econômicas incorporando espaços interiorizados no Semiárido.

Objetivos da Pesquisa

Geral

Estudar os efeitos dos ajustes territoriais a partir de macro condicionantes conjunturais e o processo de transformações do desenvolvimento capitalista contemporâneo, suas implicações no âmbito das atinentes estruturas produtivas e seus impactos na configuração do padrão de desenvolvimento territorial do Semiárido.

Específicos

Estudar as conexões territoriais advindas da polarização e intermediação exercidas pelas cidades médias do Semiárido nordestino, e as formas de articulação suas respectivas hinterlândias;

Identificar os impactos territoriais das políticas de interiorização de estruturas produtivas no Semiárido;

Conhecer/compreender a emergência de diferenciados modelos de desenvolvimentos urbanos e sua inserção no contexto da economia nordestina;

Estudar os desdobramentos do crescimento urbano sobre o campo, evidenciados na dialética contraditória entre urbanização e esvaziamento rural atinente aos processos de desterritorialização e reterritorialização econômicas sofridos pelas forças e estruturas produtivas.

Problematização/justificativa do tema

As transformações macro conjunturais ocorridas nas duas últimas décadas, como parte do conjunto de reordenamento mais geral do desenvolvimento capitalista, promoveu profundos ajustes espaciais como derivação das mudanças econômicas e produtivas. No caso de regiões econômicas mais vulneráveis, passa a predominar a prática de ações descoordenadas de um projeto nacional de desenvolvimento regional. Os mecanismos ativados para tanto abrangem diversos campos de ação, com peso superlativo de medidas que difundem condutas voltadas para a evocação dos localismos exacerbados, estimulando de forma direta e indireta a “guerra de lugares” (BRANDÃO, 2007). Tal configuração é nítida no contexto do Semiárido nordestino, ancorados em intervenções como a expansão de ações de infraestrutura (Transnordestina, Pavimentação de Rodovias, Transposição de Águas do São Francisco), expansão de serviços como ensino superior e tecnológico, incentivo à atividades industriais diversas, modernização dos padrões de consumo de massa dado os elementos de melhoria dos salários médios, transferências de renda e expansão do crédito.

Aspectos metodológicos da Pesquisa e Bases teóricas

Como ponto de partida será feita revisão e ampliação da literatura acerca dos processos de desenvolvimento urbanos e regional que se constitui usualmente em etapa de levantamento bibliográfico acerca do tema e de suas categorias de análise. É pertinente registrar que esta será uma atividade realizada durante todo o desenvolvimento da pesquisa, buscando aprimorar o afinamento/atualização destas categorias de análise. Serão utilizados dados de caráter secundário (IBGE, IPEA, RAIS, SECEX, entre outros) acerca da territorialidade das atividades econômicas buscando evidenciar o padrão dado em termos de uma nítida divisão espacial do trabalho. Tratam de variáveis sobre PIB's setoriais e municipais, emprego, comércio exterior, atividade industrial, agricultura e serviços, informações demográficas, dentre outras. Recorrer-se-á adicionalmente ao uso de índices e coeficientes de especialização e de localização de atividades econômicas propostos por Haddad (1989).

Repercussões/impactos esperados/possíveis aplicações

Os resultados esperados apontam para um mapeamento dos movimentos econômicos territoriais enquanto resposta ao macro contexto conjuntural e formas de inserção do Semiárido. A expectativa é de que tal mapeamento seja fundamento de políticas e intervenções objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social do Semiárido.

Órgão de Financiamento: URCA; FUNCAP (Bolsas de Pesquisa)

PROJETO 8

A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR E AS CIDADES MÉDIAS: um estudo comparativo sobre a atuação da UERN e da URCA

Responsáveis

Prof. Dra. Joseney Rodrigues de Queiroz Dantas (Coordenadora)

Profa. Dr. Francisco do O' de Lima Júnior

Prof. Dr. João Freire Rodrigues

Objeto de investigação

O objeto de investigação dessa pesquisa é a atuação das Instituições de Ensino Superior Interiorizadas - Universidade do estado do Rio Grande do Norte (UERN) e Universidade Regional do Cariri (URCA) – nas cidades médias de Pau dos Ferros (RN) e Juazeiro do Norte/Crato (CE) e suas respectivas hinterlândias.

Objetivos da Pesquisa

Geral

Compreender a interiorização recente do ensino superior e as mudanças que essa expansão traz em termos da dinâmica econômica e espacial das cidades em que estão localizadas e da sua atuação regional, enquanto polos de oferta de ensino superior.

Específicos

Compreender o processo de interiorização da educação superior em Pau dos Ferros e no Aglomerado Juazeiro do Norte/Crato (CE)

Identificar as principais modificações na dinâmica econômica e espacial dessas cidades, em especial sua dinâmica intraurbana no que se refere ao surgimento de novas centralidades nas proximidades dos *Campi* da UERN e da URCA;

Identificar a área de atuação dessas IES e sua contribuição para o desenvolvimento de suas hinterlândias.

Problematização/justificativa do tema

O papel das universidades no desenvolvimento regional tem recebido crescente atenção nos estudos e vem sendo considerado como um elemento chave no processo de desenvolvimento das regiões. No Brasil, vivenciamos uma fase de expansão do ensino superior, inicialmente, com a expansão do acesso através do Programa Universidade para Todos (PROUNI) e do Programa de Apoio, Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Importante ressaltar que além das Universidades Federais, as universidades estaduais têm participado da ampliação da oferta de ensino superior, em especial, fora dos grandes centros, nas chamadas cidades médias. Esse processo é comumente chamado de interiorização do ensino superior e tem contribuído para o desenvolvimento das cidades em que são instalados esses *Campi*, bem como para os municípios do entorno. Araújo (2013, p. 168) reforça que “a presença desses *Campi* em cidades médias tem um impacto imediato e significativo não somente na vida cultural, mas também no comércio e nos serviços locais”. Nesta perspectiva de ampliação/interiorização do ensino superior, interessa-nos entender como essa ampliação vem modificando a dinâmica interna dessas cidades e a configuração da rede urbana regional.

Aspectos metodológicos da Pesquisa e Bases teóricas

Como eixo norteador da pesquisa, priorizaremos estudos e reflexões que apresentem relações entre a expansão da educação superior e o desenvolvimento de cidades e regiões, tanto do ponto de vista da economia, como da reconfiguração dos lugares, em especial àqueles que utilizam como objeto de estudo as cidades médias, tais como Blasco (2003), Rolim e Serra (2009), Oliveira e Rocha (2010), Sanfeliu (2011), entre outros. Tomamos como objeto empírico, a cidade de Pau dos Ferros no Rio Grande do Norte e o aglomerado urbano Juazeiro do Norte/Crato no Ceará, por entendermos que esses espaços urbanos, nas suas especificidades, se constituem como polos de educação superior nos seus respectivos estados, nos quais cumprem as funções de uma cidade média. Este projeto dialoga com a tese de doutorado, defendida recentemente por Joseney Rodrigues de Queiroz Dantas, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte intitulada “As cidades médias no desenvolvimento regional: um estudo sobre Pau dos Ferros (RN)” e com o projeto de pesquisa “Territorialidades econômicas e desenvolvimento regional urbano cearense: Cidades Médias e Desenvolvimentos Urbanos”.

Repercussões/impactos esperados/possíveis aplicações

Esperamos, com os resultados alcançados, mapear as mudanças ocorridas na dinâmica interna das cidades em estudo e o alcance regional das duas IES no sentido de compreender sua contribuição para o desenvolvimento de suas regiões de influência e dos estados em que estão inseridas.

Financiamento: FAPERN (Bolsas de Pesquisa)

PROJETO 9

Título: DESENVOLVIMENTO HUMANO SUSTENTÁVEL NO BRASIL: UMA INTERAÇÃO ENTRE BEM-ESTAR SOCIAL E SAÚDE AMBIENTAL

Responsável: Eliane Pinheiro de Sousa

Objeto da Investigação:

Esse projeto busca mensurar o nível de desenvolvimento humano dos estados brasileiros, incorporando a sustentabilidade ambiental como componente do IDHM sustentável.

De modo específico, objetiva-se avaliar como a inserção da sustentabilidade ambiental na determinação do IDHM sustentável pode destacar quais estados brasileiros promovem o bem-estar social sem grandes agressões ao meio ambiente, bem como comparar o nível de desenvolvimento humano dos estados brasileiros, tanto de modo geral como considerando o PIB *per capita* e o nível populacional, antes e após a inclusão da dimensão sustentabilidade ambiental.

Problematização/Justificativa:

Apesar de inicialmente o IDH ser aplicado para mensurar o nível de desenvolvimento humano de nações, a sua adaptação para níveis subnacionais, como Estados e municípios, tem sido praticada por vários países com o objetivo de adaptá-lo ao cenário nacional. No caso do Brasil, a adequação dessa metodologia iniciou em 1998, com o surgimento do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), resultado de uma parceria entre o PNUD, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Fundação João Pinheiro, em que, a partir de dados do Censo Demográfico, calcularam o IDHM de todos os municípios brasileiros. Essa desagregação das áreas analisadas pelo IDH configura-se de grande importância para os gestores municipais e estaduais, pois proporciona a estes uma avaliação mais minuciosa acerca do bem-estar da população. Diante do exposto, a inclusão de um indicador referente à sustentabilidade no IDH se mostra de grande importância, principalmente ao se delimitar a análise para os estados brasileiros, uma vez que estes possuem uma grande e diversificada quantidade de recursos naturais e, portanto, necessitam de uma maior atenção quanto à gestão e conservação de tais recursos.

Aspectos Metodológicos:

O Índice de Desenvolvimento Humano Sustentável (IDHS) é uma junção do IDH com o Índice de Sustentabilidade Ambiental (ISA), por meio de variáveis sustentáveis, em que se destaca, de um lado, o meio ambiente e, de outro, um indicador que ressalta a percepção humana subjetiva da concepção do bem-estar. Para mensuração do Índice de Sustentabilidade Ambiental (ISA), utiliza-se análise fatorial pelo método dos componentes principais.

Repercussão:

Espera-se que a incorporação de um índice de sustentabilidade ambiental dos estados brasileiros como componente do IDHS atue como forma de captar o nível de sustentabilidade estadual na promoção do desenvolvimento humano, indicando os estados que fazem uso adequado de seus recursos naturais e de que forma isso pode refletir nos resultados alcançados e no meio ambiente.

Órgão de Financiamento: CNPq (Iniciação Científica)

PROJETO 10

Título: COMPETITIVIDADE DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE BANANA

Responsável: Eliane Pinheiro de Sousa

Objeto da Investigação:

Esse projeto pretende analisar a competitividade das exportações de banana do Brasil no período de 2002 a 2016.

De modo específico, objetiva-se avaliar a competitividade das exportações de banana provenientes dos principais estados brasileiros exportadores desta *commodity* (CE, PR, RN, RS e SC), por meio dos indicadores de desempenho exportador e identificar as fontes de crescimento das exportações brasileiras de banana, mediante o modelo Constant-Market-Share (CMS) nos estados considerados.

Problematização/Justificativa:

Embora a banana tenha se destacado dentre as frutas em termos de valor e volume exportado, suas participações relativas não são expressivas. Malgrado as participações relativas do valor e volume exportado de banana não serem expressivas, essa fruta mostra-se relevante no contexto social e econômico, proporcionando fonte de renda para muitas famílias que vivem no campo, além de ser um alimento complementar na dieta da população. Neste sentido, a comercialização desta *commodity* brasileira para o mercado externo proporciona divisas para o País, favorecendo o saldo positivo na balança comercial, e, ao mesmo tempo, incentiva os produtores a expandirem a bananicultura. Em face do exposto, é importante avaliar se os principais estados exportadores geram competitividade. Estudos desta natureza mostram-se relevantes no sentido de colaborar para a elaboração de políticas que fortaleçam o País a conquistar novos mercados, de tal forma que possa aumentar a sua competitividade no âmbito internacional.

Aspectos Metodológicos:

Para avaliar a competitividade das exportações de banana dos principais estados brasileiros exportadores desta *commodity*, utilizam-se os indicadores de vantagem comparativa revelada de Vollrath e Normalizada, que foram propostos, respectivamente, por Vollrath (1991) e Yu, Cai e Leung (2009). Esses indicadores têm sido aplicados em estudos nacionais para aferir o desempenho exportador de produtos do agronegócio. Para identificar as fontes de crescimento das exportações brasileiras de banana, adota-se o modelo Constant Market Share (CMS).

Repercussão:

Tendo em vista a importância da tecnologia para aumentar a produtividade e a qualidade da banana brasileira, evidencia-se como fator chave na viabilização da conquista de novos mercados no âmbito internacional, que proporcionará inserção de recursos no País por meio do aumento de divisas, contribuindo para o saldo positivo na balança comercial. Dessa forma, espera-se que este projeto sirva para colaborar no reconhecimento da importância da bananicultura para a economia brasileira, mostrando a potencialidade que o Brasil possui em aumentar sua participação no setor de frutas frescas, bem como contribua para elaboração de políticas agropecuárias que fortaleçam o País a competir no mercado internacional.

Órgão de Financiamento: CNPq (Iniciação Científica)

PROJETO 11

Título: DESENVOLVIMENTO RURAL NO ESTADO DO CEARÁ: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE SUAS MESORREGIÕES

Responsável: Eliane Pinheiro de Sousa

Objeto da Investigação:

Esse projeto pretende mensurar o desenvolvimento rural para as mesorregiões do estado do Ceará.

De modo específico, objetiva-se determinar um índice de desenvolvimento rural para as mesorregiões cearenses, considerando as dimensões populacionais, sociais, econômicas, ambientais e tecnológicas ligadas ao meio rural e comparar o índice de desenvolvimento rural das mesorregiões do estado do Ceará, a partir desses indicadores.

Problematização/Justificativa:

No Brasil, as estratégias de desenvolvimento divergem entre as unidades federativas, em que, conforme Lima e Sousa (2016), tanto as regiões, quanto os estados apresentam peculiaridades que os diferenciam. Estas características advêm do processo de ocupação e formação histórica de cada localidade.

Segundo Sales *et al.* (2017), o estado do Ceará, bem como boa parte dos estados brasileiros, teve seu modelo de desenvolvimento rural voltado para a exploração dos recursos naturais, ligados principalmente a agricultura e a pecuária. Para esses autores, embora exista uma vasta literatura referente à temática do desenvolvimento rural, trabalhos que tratem desse tema ainda são escassos no estado do Ceará.

Neste contexto, estudos que discutam essa temática para o estado do Ceará são importantes no sentido de identificar as diferenças do desenvolvimento rural em nível mesorregional, permitindo, assim, uma análise comparativa entre as mesmas enfatizando suas diferenças socioeconômicas.

Aspectos Metodológicos:

Utiliza-se o método de índices parciais, baseado na proposta metodológica de Kageyama (2004), que consiste em uma média aritmética dos indicadores parciais. Essa abordagem metodológica foi aplicada nos trabalhos desenvolvidos por Pires e Aguiaris (2012), Polastrini, Martins e Tredezini (2015) e Lima e Silva (2016), que calculam o Índice de Desenvolvimento Rural (IDR) a partir das dimensões populacionais, sociais, econômicas e ambientais. Além dessas dimensões, este projeto também considera a dimensão tecnológica, seguindo o estudo realizado por Fortini, Silveira e Moreira (2016).

Repercussão:

Dada a heterogeneidade vivenciada entre as mesorregiões cearenses, espera-se que o índice de desenvolvimento rural apresente diferentes resultados, sendo relevante conhecer esse índice para cada uma das mesorregiões como forma de promover medidas de políticas públicas que estejam em consonância com as especificidades de cada uma dessas áreas estudadas para minimizar tais diferenças e gerar melhores condições de vida para o meio rural.

Órgão de Financiamento: CNPq (Iniciação Científica)

PROJETO 12

Título: ANÁLISE DO BEM-ESTAR DOS MUNICÍPIOS DO NORDESTE BRASILEIRO SOB A ÓTICA DO IDHM EFICIENTE

Responsável: Eliane Pinheiro de Sousa

Objeto da Investigação:

Esse projeto pretende mensurar o nível de bem-estar dos municípios da região Nordeste do Brasil, incorporando a eficiência como componente do IDHM eficiente.

De modo específico, objetiva-se verificar como a inclusão da eficiência na determinação do IDHM eficiente pode evidenciar os municípios nordestinos que fazem a melhor alocação de seus recursos e comparar o nível de bem-estar atual dos municípios nordestinos, não considerando a dimensão da eficiência e incorporando esse componente.

Problematização/Justificativa:

Embora o IDH tenha sido elaborado, a princípio, como instrumento de avaliação do grau de desenvolvimento humano de países, ele tem sido aplicado como indicador de bem-estar social para Estados e municípios. Nesse contexto, o Brasil foi um dos países pioneiros em adaptar o IDH para todos os municípios brasileiros por meio de dados do Censo Demográfico, dando origem ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Esse índice, proposto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Fundação João Pinheiro, atua não somente como fonte de informação para a gestão pública, mas também como guia para os cidadãos e organismos públicos e privados na construção de políticas públicas e investimentos entre os municípios (BOHN et al., 2015). Desta forma, esse indicador deve não apenas retratar a atual conjuntura socioeconômica, mas também considerar os esforços envolvidos na busca de melhores resultados. Na concepção desses autores, a eficiência pode indicar quais municípios fazem o melhor uso de seus recursos e de que forma pode refletir nos seus resultados alcançados.

Diante do exposto, torna-se essencial aferir o bem-estar municipal, levando em conta a eficiência e delimitando a análise para a região Nordeste, tendo em vista que apesar dessa região ter registrado melhoria nas variáveis que compõem o IDHM ao longo do tempo, o nível de bem-estar dos seus municípios ainda está muito aquém do necessário para a população obter condições de vida dignas.

Aspectos Metodológicos:

Além das dimensões de longevidade, educação e renda presentes na versão tradicional do IDHM, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Eficiente (IDHME) baseia-se na incorporação de um componente adicional à análise do desenvolvimento humano municipal, que diz respeito à eficiência média (BOHN et al., 2015). Para se determinar a dimensão relativa à eficiência, utiliza-se o modelo de Análise Envoltória de Dados (DEA).

Repercussão:

Espera-se que a incorporação da eficiência dos municípios nordestinos como componente no cálculo do IDHM eficiente atue como forma de captar os esforços envolvidos na busca de melhores resultados, indicando os municípios que fazem o melhor uso de seus recursos e de que forma pode refletir nos seus resultados alcançados.

Órgão de Financiamento: CNPq (Iniciação Científica)**PROJETO 13****Título: COMPETITIVIDADE DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE MELÃO**

Responsável: Eliane Pinheiro de Sousa

Objeto da Investigação:

Esse projeto pretende analisar a competitividade das exportações de melão do Brasil no período de 2000 a 2015.

De modo específico, objetiva-se comparar a competitividade das exportações de melão provenientes dos estados que integram a Área Livre de Pragas (ALP) da *Anastrepha grandis* (CE e RN) e dos que não fazem parte dessa ALP (BA e PE) e utilizam a política de defesa fitossanitária do Sistema de Mitigação de Riscos, por meio dos indicadores de desempenho exportador e identificar as fontes de crescimento das exportações brasileiras de melão, mediante o modelo Constant-Market-Share (CMS) nos dois grupos de estados considerados.

Problematização/Justificativa:

Para possibilitar a exportação de melões para os países que são quarentenários para a praga *Anastrepha grandis*, como Estados Unidos, Chile e Uruguai, os governos dos estados do Ceará e do Rio Grande do Norte, sob a coordenação do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), implementaram uma Área Livre de Mosca das Frutas denominada de Área Livre de Pragas (ALP) da *Anastrepha grandis*. Além da conquista de novos mercados externos, a adoção dessa política de defesa fitossanitária propicia qualidade da produção de frutos, ampliação na geração de empregos e divisas para o país, assim como benefícios ambientais (AZEVEDO et al., 2005). Esse conjunto de benefícios tem despertado o interesse de outros estados, como a Bahia e Pernambuco, passarem a integrar essa área livre. Atualmente tais Estados adotam a prática do Sistema de Mitigação de Riscos (SMR), permitindo a exportação de melão para a União Europeia. Entretanto, como não fazem parte da ALP, não comercializam com os países quarentenários dessa praga.

Em face do exposto, é relevante avaliar se a implementação dessas áreas gera competitividade. Estudos dessa natureza são relevantes no sentido de colaborar para a elaboração de políticas que fortaleçam o país a competir no mercado internacional.

Aspectos Metodológicos:

Para comparar a competitividade das exportações de melão provenientes dos estados que integram a Área Livre de Pragas (ALP) da *Anastrepha grandis* (CE e RN) e dos que não fazem parte dessa ALP (BA e PE) e utilizam a política de defesa fitossanitária do SMR, utilizam-se indicadores de vantagem comparativa revelada de Vollrath e competitividade revelada. Para identificar as fontes de crescimento das exportações brasileiras de melão, utiliza-se o modelo Constant-Market-Share (CMS).

Repercussão:

Tendo em vista a importância dos requisitos fitossanitários mais restritivos para viabilizar exportações de frutas para alguns países, a possibilidade de definir áreas livres de pragas ou de baixa prevalência pode trazer oportunidades relevantes de mercado. Desta forma, espera-se que este projeto sirva para colaborar no reconhecimento da relevância dos benefícios da implementação e manutenção dessas áreas livres, assim como a elaboração de políticas de defesa agropecuária que fortaleçam o país a competir no mercado internacional.

Órgão de Financiamento: CNPq (Iniciação Científica).

PROJETO 14

Título: DESEMPENHO DA PROVISÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO NO CEARÁ

Responsável: Eliane Pinheiro de Sousa

Objeto da Investigação:

Esse projeto pretende avaliar o desempenho da provisão dos serviços de saneamento básico no Ceará.

De modo específico, objetiva-se mensurar um índice de desempenho da provisão dos serviços de saneamento básico no Ceará, considerando indicadores operacionais; de produtividade, econômicos e administrativos; e de investimento e comparar o desempenho da provisão dos serviços de saneamento básico no estado do Ceará antes e após a implementação da Lei Nacional de Saneamento Básico (LNSB), instituída em 2007.

Problematização/Justificativa:

Apesar dos esforços do governo federal para criar, a partir de 2003, o Ministério das Cidades e a Secretaria Nacional de Saneamento, desde o final dos anos 1980, com a extinção do Plano Nacional de Saneamento, o país não dispõe de política setorial consistente (PLANASA). Apenas em 2007, foi promulgada a lei n. 11.445/2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico,

definindo instrumentos e regras para o planejamento, fiscalização, prestação e a regulação dos serviços, com o controle social sobre todas essas funções (GALVÃO JÚNIOR; PAGANINI, 2009).

Desde a aprovação dessa nova Lei Nacional de Saneamento Básico (LNSB), em 2007, os serviços de saneamento básico vêm passando por um substancial processo de transformação institucional (CUNHA, 2011). Em face do exposto, reveste-se de importância investigar se a LNSB contribuiu para uma melhoria no desempenho da provisão dos serviços de saneamento básico no estado do Ceará. Para isso, realiza-se uma análise antes e após a implementação dessa lei.

Aspectos Metodológicos:

Para mensurar um índice de desempenho da provisão dos serviços de saneamento básico no Ceará, utiliza-se o método de análise fatorial. Como se pretende comparar o desempenho da provisão dos serviços de saneamento básico no estado do Ceará antes e após a implementação da Lei Nacional de Saneamento Básico (LNSB), instituída em 2007, então, aplica-se a análise fatorial por meio de uma agregação dos dados para as variáveis nos dois anos considerados, sendo um antes e outro depois dessa LNSB (2006 e 2014), seguindo o procedimento sugerido por Souza et al. (2009).

Repercussão:

Espera-se que a nova Lei Nacional de Saneamento Básico (LNSB), instituída em 2007, tenha contribuído para melhoria no desempenho da provisão dos serviços de saneamento básico no estado do Ceará.

Órgão de Financiamento: CNPq (Iniciação Científica)

PROJETO 15

Título: EFICIÊNCIA TÉCNICA E DE ESCALA DOS GASTOS MUNICIPAIS EM EDUCAÇÃO NO NORDESTE BRASILEIRO

Responsável: Eliane Pinheiro de Sousa

Objeto da Investigação:

Esse projeto pretende avaliar a eficiência dos gastos públicos da rede de ensino municipal no Nordeste brasileiro.

De modo específico, objetiva-se mensurar os escores de eficiência técnica e de escala dos municípios do Nordeste brasileiro, verificar se os municípios operam com retornos crescentes, decrescentes ou constantes de escala e identificar os *benchmarks* a serem seguidos pelos municípios menos eficientes com o intuito de orientá-los para uma melhor alocação de recursos.

Problematização/Justificativa:

Este projeto segue a linha do estudo desenvolvido por *Sousa et al.* (2012), porém aplicado à eficiência dos gastos municipais com educação. Esse estudo realizou testes para detecção de potenciais *outliers*. Com a identificação dessas unidades discrepantes, os autores as removeram da análise para não comprometer os resultados. Esses procedimentos são utilizados neste projeto. Além dessa contribuição, que não é uma preocupação comum nos estudos de eficiência técnica, este projeto também inova no sentido de identificar o tipo de rendimento de escala nas escolas públicas estaduais do Nordeste brasileiro. Esse conhecimento assume papel relevante, uma vez que esse rastreamento permite uma melhor orientação sobre estratégias a serem adotadas para ampliar o nível de eficiência desse segmento.

Aspectos Metodológicos:

Para atender os objetivos deste projeto, utiliza-se o método de Análise Envoltória de Dados ou Teoria da Fronteira (DEA).

Repercussão:

Testa-se a hipótese de que não necessariamente os municípios mais eficientes nos gastos públicos em educação sejam os que apresentam melhores condições socioeconômicas e verifica se há heterogeneidade quanto à eficiência dos gastos públicos em educação entre os estados nordestinos.

Órgão de Financiamento: FUNCAP (Iniciação Científica)

PROJETO 16

Título: INOVAÇÃO, COMPETITIVIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DE SISAL NA BAHIA

Responsáveis: Naisy Silva Soares (Coordenadora)

Eliane Pinheiro de Sousa

Objeto da Investigação:

Esse projeto pretende identificar os fatores da competitividade dos produtores baianos de sisal e mensurar um índice de competitividade de agricultores que fazem parte do Arranjo Produtivo Local do sisal, na Bahia.

Problematização/Justificativa:

Nos últimos anos, foram realizados vários programas e projetos com o objetivo de promover a otimização da produção de sisal e o desenvolvimento da região. Estas iniciativas são desenvolvidas e implementadas por instituições, como associações, sindicatos e órgãos públicos, que desempenham o papel de agentes capacitores em apoio aos produtores que fazem parte do APL Sisal (PINTO et al., 2010). O APL de produção e transformação de sisal da Bahia é formado por 20 municípios.

Santana (2012) ressalta que o apoio aos Arranjos Produtivos Locais a partir do último mandato do governo Fernando Henrique Cardoso e início do governo Lula passou fazer parte de diversas políticas públicas, que visam apoiar tanto a criação de infraestrutura como a especialização dos trabalhadores no contexto local ou regional, por meio de auxílio à educação técnica específica. Esse apoio tornou-se fundamental aos produtores, visto que muitos não dispõem de condições financeiras ou capacidade tecnológica para aprimorar de forma autônoma sua produção. Existem estudos que apontam soluções para a questão da inovação e da competitividade no Arranjo Produtivo Local de sisal na Bahia, porém com o enfoque nas micro e pequenas empresas (ALVES, SOARES, SOUSA, 2016a e 2016b). Logo, este projeto busca analisar tais questões, enfocando os produtores do APL.

Aspectos Metodológicos:

Para identificar os determinantes da competitividade dos produtores baianos de sisal e mensurar um índice de competitividade dos produtores de sisal (ICPS), empregou-se a técnica multivariada de análise fatorial.

Repercussão:

Espera-se com este projeto melhorar a eficiência e competitividade dos produtores de sisal na Bahia, identificar as políticas públicas que podem contribuir para o desenvolvimento do APL de sisal na Bahia, bem como para a eficiência e a competitividade do APL, dinamizar a cadeia produtiva do sisal no país e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico da região estudada e do país.

Órgão de Financiamento: CNPQ e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia.